



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2021

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

No cenário global, constata-se trajetória bem consolidada de recuperação da atividade econômica nos principais blocos econômicos. Estima-se crescimento de 5,5% do PIB mundial, ante queda de 3,4% em 2020, com significativa contribuição do PIB chinês, com crescimento de 8,1%. As economias americana e da área do euro também obtiveram desempenho importante. A expansão da economia japonesa foi moderada. Contudo, permanecem os desafios ligados à inflação mundialmente elevada e os riscos de recorrência de surtos de pandemia do coronavírus.

No Brasil, indicadores recentes também evidenciam significativa recuperação da atividade econômica. Estimativas apontam para crescimento do PIB da ordem de 4,5%, na comparação com a queda de 3,9% em 2020. Esse desempenho reflete o favorável nível de atividade alcançado principalmente pelos setores de serviços, comércio e indústria.

Vale ressaltar a relevante contribuição do setor de serviços que, além de corresponder à maior fatia na composição do PIB, alcançou expansão de 10,9% no acumulado de janeiro a novembro (últimos dados de mercado), em cenário de arrefecimento da pandemia do coronavírus e menor restrição às atividades produtivas presenciais.

Merece destaque, também, o dinamismo do comércio exterior, que favoreceu significativamente a recuperação da atividade econômica em 2021. No ano, a corrente de comércio alcançou aproximadamente US\$ 500,0 bilhões, crescimento de 35,5%. O superávit foi de US\$ 61,0 bilhões, recorde da série histórica, ante US\$ 50,9 bilhões em 2020.

Contudo, a inflação medida pelo IPCA alcançou 10,06%, ante 4,52% em 2020, ensejando a adoção de política monetária restritiva para perseguir o equilíbrio entre crescimento econômico, estabilidade dos preços e convergência da inflação para a meta governamental. É nesse contexto que a taxa Selic saltou de 2,0% ao ano em março para 9,25% ao ano ao final do exercício.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional cresceu 16,50%, ante 15,64% no exercício de 2020. O segmento de pessoa física demonstrou maior dinamismo, com expansão de 20,78%, ante 11,09% da pessoa jurídica. As provisões para risco de crédito continuam em retração.

Quanto às perspectivas, os prognósticos iniciais apontam para cenário desafiador em 2022, com perda do vigor da atividade econômica, baixo crescimento do PIB, persistente pressão inflacionária e continuidade do ciclo de alta da taxa Selic, além do risco de novos surtos de pandemia do coronavírus.

CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

• Perfil Corporativo e Mercadológico

O Mercantil do Brasil é um banco múltiplo de médio porte, de capital privado nacional, com quase 80 anos de atuação no mercado. Nesse período, construiu respeitável trajetória de crescimento e sucesso empresarial. Tem como foco geográfico a região Sudeste do País e opera com preponderância em operações de crédito e demais serviços bancários voltados para o segmento de pessoas físicas, com especialização no crescente público de faixa etária madura, a chamada população 50+.

Possui planejamento estratégico e mercadológico alinhado à busca de crescimento sustentado, destacando-se também a dedicação e perseverança de seu corpo técnico. Dispõe de respeitável nível de gestão empresarial, com domínio sobre o seu negócio. Mantém-se em constante evolução, com resultados que indicam ser possível combinar décadas de tradição com inovação e qualidade.

O MB vem avançando em trabalho firme e determinado para consolidar-se como um banco simples, próximo e reconhecido pelos clientes como um banco tecnológico. Disponibiliza crescente oferta de produtos e serviços ajustada à demanda dos clientes, com qualidade, além de ser cada vez mais digital.

Em 2021, implementou Projeto desafiador de readequação da estrutura organizacional, com ênfase em posicionamento mercadológico de alta performance. Estruturas focadas em negócios interagem com áreas de apoio, em um trabalho integrado e com a grande sincronia, que garantem agilidade e eficiência operacional, além atendimento atencioso e acolhedor ao Cliente.

Nesse contexto, destaca-se o propósito da Instituição de se alçar ao nível de excelência do mercado quando o assunto é índice de eficiência, traduzido por atuação operacional com agilidade no atendimento ao cliente e com custos cada vez menores.

O Mercantil do Brasil conhece bem seu cliente e entende que, paralelamente às inovações digitais, o atendimento presencial confere diferencial estratégico no relacionamento, sobretudo com beneficiários do INSS, público que se tornou prioritário para a Instituição e que está hoje no núcleo central da sua estratégia de crescimento. De fato, a Instituição seguirá atendendo a todos, mas envidando destacados esforços para conquistar os clientes que recebem pelo INSS e as pessoas com mais de 50 anos, de modo a se posicionar como o melhor ecossistema financeiro para esse público.

É nesse contexto que o MB atingiu a expressiva marca de 4,3 milhões de clientes atendidos por canais de autosserviços digitais modernos e eficazes, além do atendimento presencial disponível em aproximadamente 294 unidades. Complementarmente, mantém seletivas parcerias com correspondentes bancários para originação de empréstimos consignados em folha de pagamento, com foco ostensivo nos beneficiários do INSS.

No exercício, em conjuntura desafiadora, o Mercantil do Brasil conseguiu novamente alcançar importantes resultados, mediante crescimento vigoroso em vários campos de sua atuação mercadológica. Obteve expressiva expansão da carteira de crédito, da base de clientes, do



crescimento na receita de colocação de seguros e destacada ampliação da oferta de serviços, além da criação de empresa voltada exclusivamente para um novo salto tecnológico no atendimento e distribuição de produtos. Tudo isso de forma sustentável, com o cliente no centro da estratégia e atendimento de excelência.

O Mercantil do Brasil reconhece a importância de seu Capital Humano para a implementação de seus objetivos estratégicos. Nesse sentido, mantém bem treinado o quadro de Colaboradores e utiliza de avançadas ferramentas para fomentar e controlar a implementação anual de projetos inovadores por toda sua equipe, em um ambiente organizacional favorável à destacada capacidade de inovação e de adaptação ao cenário vigente em cada momento, com foco no cliente, ética sempre e em primeiro lugar. Adicionalmente, os Colaboradores dispõem de favorável Clima Organizacional, adequados Programas de Treinamentos e Plano de Remuneração. Trabalham com elevada motivação e cultivam o sentimento de pertencimento, impulsionando a obtenção de resultados consistentes e sustentáveis.

Nesse contexto, o reconhecimento das entidades especializadas em relações de consumo e de classe, que categorizam o Banco entre as melhores instituições no segmento bancário nacional em atendimento e melhores práticas no relacionamento com o cliente, confirmam o acerto das estratégias do Mercantil do Brasil. Mesmo diante de tantas transformações e adaptações vivenciadas nos últimos anos, as boas escolhas e dedicação constante têm garantido ao MB reconhecimento por toda parte quando o assunto é Viver o Cliente.

É nesse ambiente que nas pesquisas de Imagem e Satisfação dos Clientes mais recentes os índices revelam grande nível de satisfação, com NPS em zona de excelência. De se destacar, também, que no MB toda a rede de pontos de atendimento físico possui certificação ISO 9001, comprovando a qualidade do modelo de atendimento aos clientes INSS.

Todas essas conquistas refletem os investimentos na capacitação de seus 2.978 colaboradores e em clima organizacional, que também proporcionaram o MB manter-se entre as melhores empresas para trabalhar em Minas Gerais.

Os bons resultados alcançados materializam todo o esforço empreendido, a lucidez dos administradores e a dedicação e determinação do corpo funcional na busca obstinada para manter sua trajetória histórica de crescimento sustentável, ressaltando-se a valiosa parceria com o capital humano e clientes.

Premiações e Certificações

Com iniciativas direcionadas a ser o banco que o cliente confia, simples e próximo, mesmo em cenário desafiado durante a pandemia, o MB obteve importantes conquistas em 2021.

Alcançou o bicampeonato no Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente na categoria 'Bancos de Médio Porte'. Essa premiação é considerada o "Oscar" do Relacionamento com Clientes. Ao todo, são três fases que contemplaram a avaliação da estrutura e da qualidade do atendimento e da prestação de serviços, e por fim o cruzamento das informações.

Entre os critérios analisados estão o atendimento humano, os principais canais de contato e o desempenho no segmento de mercado. Em um momento onde o mundo passa por grandes



transformações, esse reconhecimento reforça o compromisso do MB em fazer cada vez mais pelos seus clientes.

Com trajetória de evolução constante, pelo Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente na categoria Bancos de Médio Porte em 2021, o MB conquistou o reconhecimento inédito na categoria especial Empresa do Ano, definida por votação popular.

Com foco em prestar um atendimento transparente, cortês e equitativo, respeitando os interesses e os direitos do consumidor em todas as interações, o MB conquistou troféus prata e bronze no Prêmio Abrarec, realizado pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente. A entidade analisa os relatos de atendimentos conforme categorias definidas. O Mercantil do Brasil foi finalista com os relatos de atendimentos da Ouvidoria da instituição e conquistou a prata na categoria ‘Mediador’ e bronze na categoria ‘Consumidor.gov’.

No MB, a cultura interna é voltada para a eficiência operacional, o que tem gerado importantes transformações em termos de simplificação de processos e de modernização para a Instituição. Os projetos que comprovam esse movimento são muitos e dentre eles o Posto de Atendimento Móvel está pronto para atender demandas de indisponibilidade temporária de serviços das Agências.

O “PA Móvel” conquistou em 2020 o ouro no Prêmio Cliente SA, garantindo a participação em 2021 no Prêmio LATAM. Na competição, também participaram empresas da Argentina, Colômbia, México e Paraguai. O Banco Mercantil do Brasil se destacou com o projeto e conquistou o troféu ouro na categoria ‘Líder em Estratégia Direcionada ao Cidadão’.

Na pandemia do Coronavírus, cenário totalmente novo, grave e urgente, a MEL (Assistente Virtual do MB) tornou-se protagonista no atendimento aos clientes. Pronta para atender com qualidade, clareza, de forma definitiva e cada vez mais rápida, a MEL garantiu para o banco o troféu prata no Prêmio *Smart Customer* na categoria ‘Inovação em Relacionamento’ e no Prêmio *Best Performance* na categoria ‘Inovação para atendimento ao cliente/consumidor no “novo normal”’.

Já no Prêmio ABT, a MEL levou o troféu bronze na categoria ‘Inovação em Produtos e Serviços ao Cliente’.

No Prêmio Cliente SA, o MB conquistou troféu ouro na categoria ‘Líder em estratégia de Inovação’ com o SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade) certificado pela Norma Internacional de Qualidade ISO9001.

Em 2021, a manutenção da Certificação ISO9001 ao MB comprova a qualidade no atendimento aos beneficiários do INSS, em sua maioria formada pelo público 50+. Esse público conta com atendimento exclusivo, estrutura física adaptada, equipe especializada e produtos e serviços específicos.

As conquistas e reconhecimentos de 2021 evidenciam o movimento que vem sendo realizado pelo MB de estabelecimento de uma visão diferenciada em termos de excelência no atendimento. Atender com excelência é relacionar-se com o cliente nos momentos em que ele precisar, e os Prêmios e Certificações conquistados afirmam o cumprimento desse objetivo: tornar o MB disponível, sempre que necessário.

- **Inovação Digital e Canais de Atendimento**

O MB tem priorizado investimentos em inovações tecnológicas e na evolução de canais de atendimento, visando incrementar a geração de negócios e proporcionar a melhor experiência de relacionamento com o cliente, oferecendo as melhores soluções, simplicidade, confiança e proximidade.

>> Criação da Domo Digital Tecnologia

A cada dia, tecnologias mais avançadas são aplicadas com mais intensidade, contribuindo decisivamente para a eficiência transacional e a eficácia comercial. É nessa perspectiva que em 2021 entrou em operação a empresa Domo Digital Tecnologia S.A., empresa inserida no âmbito do objetivo estratégico do MB de ser cada vez mais um banco tecnológico, além de avançar a atuação do Banco no ambiente digital.

>> Canais de Atendimento

ATMs - é um dos canais priorizados em esforços e investimentos para a disponibilidade e o aprimoramento da estrutura tecnológica, através da modernização do parque de ATMs e soluções de negócios que potencializam estratégias de marketing direcionadas à prospecção de clientes. Com mais de 63,7 milhões de diferentes transações realizadas desde o início de 2021, o autoatendimento foi responsável por 57% das contratações de produtos e serviços.

Aplicativo MB – O App MB dispõe de amplas opções de produtos e serviços e responde por 35% de todas as transações realizadas, com crescimento de 98% em relação ao ano anterior. Ao final de 2021, 800 mil clientes já haviam aderido ao canal digital, com mais de 106 milhões de transações. De todos os produtos contratados pelos clientes no Banco, 13% foram pelo aplicativo. Destaque para as contratações de empréstimo através desse aplicativo, que cresceram 68% em relação ao ano anterior. O índice de satisfação dos clientes com o aplicativo (NPS) posicionou-se classificado em zona de excelência, com nota 82, bem acima da nota mínima de 75 necessária para essa classificação. Vale mencionar, ainda, que esse aplicativo passou a dispor de layout moderno e mais organizado, melhor performance e com mais qualidade, segurança e robustez.

MEL - A evolução não para e, cada dia que passa, a assistente virtual do MB, está mais disponível na rede digital para incrementar a relação de atendimento aos clientes MB. Em 2021, foram desenvolvidas novas funcionalidades e desde o final de fevereiro, a MEL informa aos clientes o andamento das solicitações e, até mesmo, a descrição do atendimento via *Chat Web*. Essa funcionalidade também está disponível no *Chat* - área logada AppMB - e no Whatsapp. São mais de 400 mil clientes que são cativados pelos serviços da MEL mensalmente, proporcionando a melhor experiência de relacionamento com o cliente.

Call Center - O Call Center passou por importante evolução nos seus processos de atendimento, focando na resolutividade e agilidade para se adequar às necessidades do cliente. Todos os canais - Alô Mercantil – SAC, Suporte Técnico, Central de Cartões e Empréstimos, Seguros e Previdência, Redes Sociais, Reclame Aqui e Chat/WhatsApp – evidenciam a melhoria contínua e a resiliência, sempre atendendo com sorriso na voz e brilho nos olhos.



Mensalmente, nosso SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) transforma mais de 60.000 clientes em fãs.

Um dos pilares é a excelência no treinamento dos funcionários, visando aumentar a especialização e a capacidade de compartilhar conhecimentos e experiências, encantando nossos clientes diariamente. Com isso, atingiu-se um índice de 98% de resolutividade em primeiro contato.

- **Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC)**

O Mercantil do Brasil está listado no segmento especial de listagem Nível I da B3 e integra o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) da B3, o que ratifica o seu compromisso com a sustentabilidade corporativa e maiores padrões de governança. É o MB criando mais valor e sustentabilidade para o negócio. Maiores informações estão disponíveis no site: <http://mb.b.br/ri>.

>> Relatório de Sustentabilidade GRI

Em 2021, o MB publicou o Relatório de Sustentabilidade com a metodologia do GRI, destacando suas principais realizações, projetos e o seu compromisso em se tornar cada vez mais transparente, sustentável e alinhado às boas práticas de governança.

- **Desenvolvimento Sustentável**

O Mercantil do Brasil é aderente ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas, o que reforça seu compromisso em contribuir para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

O Mercantil também é aderente à Rede Desafio 2030, formada por organizações de destaque de Minas Gerais que se uniram a fim de ampliar a contribuição do setor privado para o cumprimento da Agenda 2030 da ONU, guiadas pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A busca ativa pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável beneficia as empresas por meio de inovações, oportunidades de negócios e desenvolvimento para a comunidade. Por isto, a Rede incentiva que seus membros alinhem estratégias de longo prazo a esses objetivos, direcionando esforços para atender, simultaneamente, às demandas dos acionistas e da sociedade em geral.

Parceira do Pacto Global, a Rede Desafio 2030 apoia projetos, iniciativas de educação e ações de promoção da sustentabilidade empresarial em Minas Gerais, buscando, assim, posicionar suas empresas como referências internacionais sobre o tema.

A agenda que o Banco propõe para alcançar os objetivos de suas diretrizes é ampla e busca favorecer toda a sociedade, já possuindo frentes de atuação alinhadas a esses propósitos.

- **Responsabilidade Socioambiental - Atuação Responsável**

O Mercantil do Brasil dispõe de Política de Responsabilidade Socioambiental que oficializa o seu compromisso com a atuação responsável voltada para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do meio ambiente.

Nesse contexto, apoia o desenvolvimento de iniciativas nas áreas da cultura, do esporte e da cidadania, com o objetivo de promover valores importantes para o desenvolvimento humano e que reforcem a atuação de cada cidadão como agente na construção de uma sociedade mais consciente. Além disso, o Banco apoia a realização de iniciativas aprovadas em mecanismos de incentivo fiscais – leis municipais e federais – em diversas frentes culturais e sociais.

Informações sobre os programas, projetos e ações na área de responsabilidade socioambiental, realizados e patrocinados pelo Mercantil do Brasil, poderão ser obtidas no site <https://mercantildobrasil.com.br>.

- **Capital Humano**

No Mercantil do Brasil, os investimentos em treinamentos garantem a todo o Time o conhecimento de produtos e processos em plena sintonia com as necessidades do negócio, com o crescimento e a complexidade operacional da Instituição, além de aspectos comportamentais e de liderança alinhados aos Valores do MB.

No exercício, deu continuidade ao movimento de transformação cultural iniciado em 2019, direcionando esforços para o fortalecimento de seu Propósito e Valores Organizacionais. Neste sentido, dispõe de frente estruturada de comunicação interna que garante o alinhamento estratégico dos colaboradores e o fortalecimento do orgulho de pertencer ao time MB.

Em 2021, foram registradas 218.224 horas de treinamento presenciais e a distância, com a participação média da ordem de 70,0 horas de treinamento por funcionário. Ao todo, foram lançados/atualizados 36 cursos a distância na Academia Mercantil, sobre produtos, serviços e diretrizes internas. Destaca-se o treinamento sobre Comunicação Não Violenta, composto por 18 módulos.

Foi instituído novo modelo de *Onboarding* para novos colaboradores da Administração Central, apoiado por plataforma de referência no mercado. Além de todo o processo de contratação digital, o que contribui para a agilidade do processo e segurança das equipes no momento de Pandemia, o processo visa contribuir para um melhor acolhimento do colaborador e integração à empresa e respectiva área de trabalho.

Foi iniciado também o *Onboarding* de novo cargo, para “Gerentes Beneficiários INSS” recém-promovidos para essa posição de liderança. O Programa tem por objetivo apoiar e orientar os novos gerentes sobre as ferramentas e processos de gestão de pessoas do Mercantil do Brasil.

Destaca-se, também, o lançamento de nova trilha de desenvolvimento na Academia Mercantil para todos os grupos de lideranças. A trilha "Jeito Mercantil de Liderar" é composta por 12 vídeos, que têm como objetivo provocar a reflexão e exemplificar com ferramentas práticas



sobre os temas: Propósito e Papel, Bases da Liderança, Inteligência Emocional, Gestão do Tempo, Formando um Time, Treinando Pessoas, Gestão do Resultado, *Feedback*, Líder *Coach*, Autonomia e Delegação, Promotor da Cultura.

Ainda dentro do programa “Jeito Mercantil de Liderar”, foi oferecido aos coordenadores o *workshop* sobre “Comunicação não violenta – como gerar diálogos com empatia”; e para os gerentes, foi ofertado o programa em Gestão Avançada.

Destaca-se, ainda, realização pela área de Talentos e Cultura, de turmas semanais de integração para os novos colaboradores por videoconferência.

O programa de “Eficiência no Atendimento ao Cliente”, voltado para os escriturários de agência, foi remodelado. O foco principal dessa reestruturação foi acompanhar a velocidade de crescimento nos negócios, trazendo agilidade com qualidade no processo de treinamento e aprendizagem.

Em 2021, o MB manteve-se entre as melhores empresas para se trabalhar no ranking do *Great Place to Work* (GPTW), obtendo o terceiro lugar na categoria Mineiro e quarto lugar no ranking de Instituições Financeiras – Bancos.

Quanto à pandemia do coronavírus, o Mercantil do Brasil continua com todos os cuidados com seus colaboradores. Houve continuidade do trabalho no sistema híbrido, presencial e *home office*, mantendo-se o distanciamento social. Adicionalmente, o MB vem apoiando seus colaboradores com fornecimento de itens de proteção individual e orientações para o trabalho presencial e com publicações de boletins destinados a todos os colaboradores com orientações sobre cuidados com a saúde e riscos cibernéticos.

Lançou em 2021 o programa “Meu Bem-Estar”, que reúne dicas, recomendações, ações e iniciativas para tornar mais leve a rotina do colaborador e proporcionar o bem-estar de uma vida equilibrada. Finalmente, vale citar o Programa de Apoio, totalmente sigiloso, que conta com apoio de profissionais qualificados, 7 dias por semana e 24 horas por dia, com ênfase no tripé: apoio psicológico, orientação jurídica e orientação social.

- **Gestão do Capital e de Riscos**

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos inerentes ao negócio e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e normas em vigor. Maiores informações estão disponíveis na nota explicativa nº 18.

Dispõe, também, de Estrutura de Gerenciamento de Riscos de crédito, operacional, de mercado, de variação de taxa de juros, de liquidez, socioambiental e demais riscos relevantes, em conformidade com as normas em vigor.

A instituição adota postura prospectiva quanto ao gerenciamento de riscos e ao gerenciamento de capital. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 26.

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 13,83%, perante mínimo requerido de 10,0%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 18.

• Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

Em sintonia com os dispositivos legais vigentes, o Mercantil do Brasil coopera com os órgãos reguladores para a prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem assim para a prevenção da utilização do sistema financeiro para atos ilícitos previstos nas Leis nº 9.613/1998 e 13.260/2016.

Neste contexto, possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo, destinados à prevenção e combate a referidos ilícitos, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.978/2020. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

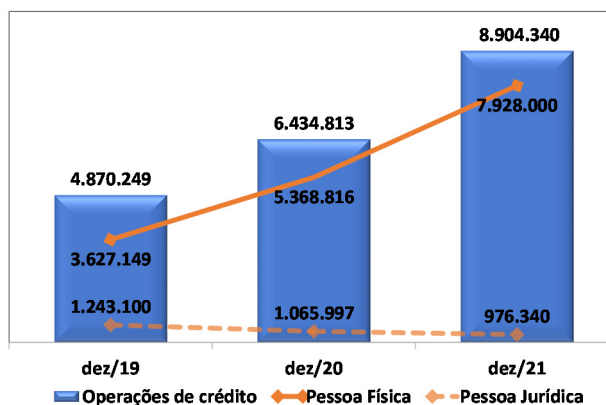
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

>> Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultado – Consolidados

O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 12,4 bilhões, crescimento de 15,9%. Os ativos circulantes atingiram R\$ 5,6 bilhões, crescimento de 5,1% em relação a dezembro de 2020. Os passivos de curto prazo somaram R\$ 4,5 bilhões.

As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários alcançaram o montante de R\$ 1,6 bilhão. Os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento somam R\$ 2,7 milhões, para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento, nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001.

As operações de crédito alcançaram R\$ 8,9 bilhões, apresentando relevante crescimento de 38,4% comparativamente a dezembro de 2020, apesar do cenário adverso no período. Em consonância com as diretrizes estratégicas, observa-se nítida concentração de crescimento no segmento de pessoas físicas, com expansão de R\$ 2,6 bilhões no exercício, equivalente a crescimento de 47,7%. As operações classificadas nas faixas de menor risco de crédito, de “AA” até “C”, representam 92,0% do total da carteira de crédito (89,2% de dezembro de 2020). A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 5,3%. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 07.



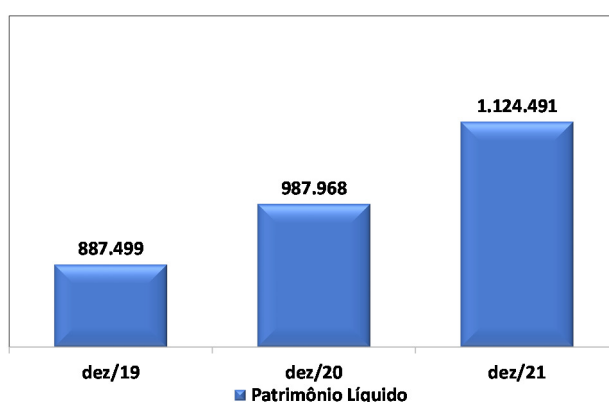
Os recursos existentes foram captados no mercado interno, perfazendo o montante de R\$ 10,1 bilhões, com crescimento de 16,2% em 2021. Os depósitos a prazo perfazem R\$ 8,3 bilhões, crescimento de 13,0% no exercício.

As captações através de Letras Financeiras posicionaram-se em R\$ 438,7 milhões. Desse total, R\$ 435,3 milhões estão contabilizadas na rubrica do Passivo “Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital” de que trata a Resolução CMN nº 4.192/2013, dos quais R\$ 195,3 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 46,9 milhões são instrumentos de dívida perpétua, elegíveis a capital complementar (Nível I).

• Patrimônio Líquido, Dividendos e Resultado

O Patrimônio Líquido do MB Múltiplo apresentou novo crescimento, alcançando a marca histórica de R\$ 1,1 bilhão.

No exercício de 2021, foram declarados dividendos aos acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio, totalizando R\$ 47,4 milhões, equivalentes a R\$ 40,3 milhões líquidos do imposto de renda. No primeiro semestre, foram declarados R\$ 22,0 milhões (R\$18,7 milhões líquidos do imposto de renda), equivalentes a R\$ 0,172103 por ação ordinária e R\$ 0,191783 por ação preferencial, também líquidos do imposto de renda; e no segundo semestre, R\$ 25,4 milhões (R\$ 21,6 milhões líquidos do imposto de renda), equivalentes a R\$ 0,199373 por ação ordinária e R\$ 0,219310 por ação preferencial, líquidos do imposto de renda. Adicionalmente, no segundo semestre, foram declarados dividendos no valor de R\$ 3,5 milhões, cabendo às ações ordinárias R\$ 0,032462, e às ações preferenciais R\$ 0,035728. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 17.



As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 2,6 bilhões (R\$ 2,3 bilhões em dezembro de 2020). As Receitas de Operações de Crédito e Operações de Venda ou Transferência de Ativos financeiros (cessão de crédito) alcançaram expansão de 20,1% sobre igual período de 2020.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira, deduzidas as Despesas com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, elevou-se a R\$ 1,9 bilhão em dezembro de 2020, evolução de 22,9%.

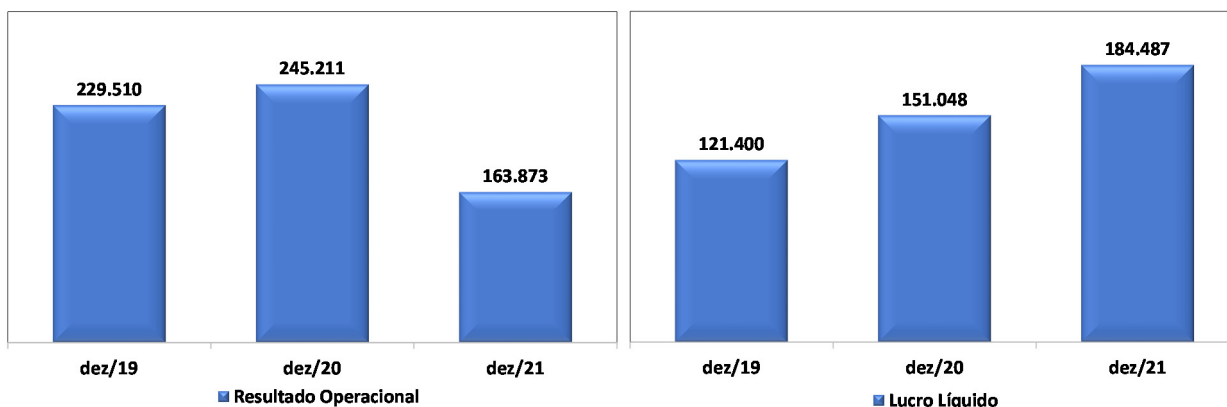
As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 352,6 milhões (R\$ 318,4 milhões em dezembro de 2020), crescimento de 10,7%.

As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 500,4 milhões (R\$ 458,8 milhões de dezembro de 2020), evolução nominal de 9,1% nos períodos sob comparação. Os dois itens de maior relevância, proventos de funcionários e encargos sociais, somaram R\$ 335,8 milhões, crescimento de 12,5%.

As Despesas Administrativas somaram R\$ 851,4 milhões (R\$ 683,8 milhões em dezembro de 2020), evolução nominal de 24,5%. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa 22.3.

O Resultado Operacional alcançou R\$ 163,9 milhões, ante R\$ 245,2 milhões de dezembro de 2020.

O Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 184,5 milhões, apresentando expressiva elevação de 22,1% em relação ao exercício anterior, mantendo a trajetória de crescimento observada desde 2019, não obstante a relevante atipicidade do período.



PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

>> Investimento em controlada

No exercício, entrou em operação a empresa Domo Digital Tecnologia S.A. O investimento do Banco foi de R\$ 4,25 milhões.

Essa empresa tem como objeto, principalmente, explorar a atividade dos serviços de Tecnologia da Informação através da criação, desenvolvimento e licenciamento de programas e sistemas informatizados próprios ou de terceiros, dentre outros serviços.

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco divulgará no prazo regulamentar, no site da Instituição na Internet, as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao exercício findo em 31/12/2021, comparativas a 31/12/2020, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e normas complementares. Os ajustes estão sendo mensurados e as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em fase de preparação. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 25.



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta oportunidade, agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores que mais uma vez demonstrou incondicional compromisso para com as metas e objetivos do Mercantil do Brasil.

Belo Horizonte, fevereiro de 2022.

Administração

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em R\$ mil

A T I V O	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
		Exercícios		Exercícios				Exercícios		Exercícios	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		5.419.363	5.163.206	5.569.301	5.298.788	PASSIVO CIRCULANTE		4.499.202	3.018.238	4.498.771	3.018.031
DISPONIBILIDADES		984.730	1.426.300	984.733	1.426.303	DEPOSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.895.963	2.495.504	3.873.006	2.470.207
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.143.147	3.350.866	4.303.943	3.482.874	Depósitos 14.1	3.486.224	2.126.964	3.466.984	2.158.634	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez 4		415.881	645.977	379.128	645.977	Depósitos à Vista.....	484.431	446.610	480.750	443.055	
Títulos e Valores Mobiliários 5.1		348.539	164.045	410.386	199.716	Depósitos de Poupança.....	226.084	232.987	226.084	232.987	
Carteira Própria.....		334.074	139.349	390.913	175.020	Depósitos Interfinanceiros.....	146.978	20.506	136.522	20.506	
Vinculados à Prestação de Garantias.....		14.465	24.696	19.473	24.696	Depósitos a Prazo.....	2.628.731	1.426.861	2.620.452	1.462.086	
Relações Interfinanceiras.....		109.429	82.531	109.429	82.531	Outros Depósitos.....	-	-	3.176	-	
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		19	1	19	1	Captações no Mercado Aberto 4	131.958	220.219	106.216	146.853	
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central 6		109.410	82.470	109.410	82.470	Carteira de Terceiros.....	131.958	220.219	106.216	146.853	
Créditos Vinculados - SFH - Sistema Financeiro da Habitação.....		-	60	-	60	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos 14.2	70.004	68.836	92.029	85.235	
Relações Interdependências.....		894	1.984	894	1.984	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	70.004	68.836	92.029	85.235	
Transferências Internas de Recursos.....		894	1.984	894	1.984	Relações Interfinanceiras.....	124.225	56.271	124.225	56.271	
Operações de Crédito 7.1		3.160.880	2.387.325	3.296.714	2.483.751	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....	65.027	49.304	65.027	49.304	
Setor Privado.....		3.260.770	2.559.844	3.399.796	2.659.542	Obrigações Vinculadas.....	30.180	4.003	30.180	4.003	
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão 7.4		55.928	-	55.928	-	Correspondentes.....	29.018	2.964	29.018	2.964	
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) 7.2		(155.818)	(172.519)	(159.010)	(175.791)	Relações Interdependências.....	15.670	16.758	15.670	16.758	
Outros Créditos.....		107.524	69.004	107.392	68.915	Recursos em Trânsito de Terceiros.....	15.670	16.758	15.670	16.758	
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos 7.1		24.151	17.032	24.151	17.032	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas 7.2	2.778	2.857	2.778	2.857	
Devedores por Compras de Valores e Bens 7.1		8.473	9.020	8.473	9.020	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão 7.4	56.620	-	56.620	-	
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamentos 7.1		123.621	93.079	123.489	92.990	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital 14.3	8.484	3.599	8.484	3.599	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) 7.2		(48.721)	(50.127)	(48.721)	(50.127)	PASSIVOS FISCAIS	37.274	38.994	46.178	44.002	
OUTROS ATIVOS		291.486	386.040	280.625	389.611	Passivos Fiscais Correntes.....	33.430	34.383	42.334	39.391	
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda 10.6		37.506	105.437	37.506	105.443	Passivos Fiscais Diferidos.....	3.844	4.611	3.844	4.611	
Outros Valores e Bens.....		65.649	181.638	65.651	181.647	OUTROS PASSIVOS	565.965	483.740	579.587	503.822	
(Provisão para Desvalorizações).....		(28.143)	(76.201)	(28.145)	(76.204)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados 16.1	9.064	430	9.091	430	
Despesas Antecipadas 10.7		24.372	31.057	26.297	33.545	Câmbio Vendido a Liquidar.....	-	415	-	415	
Outros Créditos.....		229.608	249.546	216.822	250.623	Obrigações por Compra de Câmbio.....	55.752	55.945	55.752	55.945	
Câmbio Comprado a Liquidar.....		96.505	90.075	96.505	90.075	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) 7.1	(55.583)	(55.583)	(55.583)	(55.583)	
Direitos sobre Vendas de Câmbio 10.4		-	414	-	414	Sociais e Estatutárias 16.2	44.342	53.091	49.438	56.201	
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos)		-	(52)	-	(52)	Negociação e Intermediação de Valores.....	736	523	1.025	7.734	
Rendas a Receber 10.4		22.285	12.453	3.064	736	Obrigações por Convênios Oficiais 16.3	191.242	186.310	191.242	186.310	
Negociação e Intermediação de Valores.....		2.866	378	3.391	2.289	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos.....	8.962	8.359	9.073	8.683	
Impostos a Compensar 10.2		35.223	767	38.753	3.967	Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	70.535	48.171	75.841	54.030	
Pagamentos a Ressarcir		38	28	38	28	Cretores Diversos - País 16.4	239.569	184.046	242.406	188.028	
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito 10.3		10.464	93.841	13.042	101.382	Outros.....	1.346	2.033	1.302	1.629	
Adiantamentos e Antecipações Salariais.....		1.065	744	1.123	785						
Devedores Diversos 10.5		44.808	42.986	45.234	43.233						
Outros.....		16.354	7.912	16.672	8.460						
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) 7.2		-	-	(1.000)	(694)						

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Em R\$ mil

A T I V O	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado		P A S S I V O E P A T R I M Ô N I O L Í Q U I D O	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
		Exercícios		Exercícios				Exercícios		Exercícios	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
ATIVO NAO CIRCULANTE.....		7.036.015	5.539.668	6.854.064	5.419.575	PASSIVO NAO CIRCULANTE.....		6.831.685	6.696.668	6.753.126	6.666.425
INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		5.460.367	4.057.275	5.738.743	4.342.263	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....		6.488.232	6.377.109	6.360.611	6.293.393
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	118.984	5.047	30.750	5.047	Depósitos	14.1	5.891.651	5.960.085	5.764.030	5.876.369
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	599.287	839.159	756.995	963.404	Depósitos Interfinanceiros.....		98.526	6.247	98.526	6.247
Carteira Própria.....		392.600	704.222	545.427	822.019	Depósitos a Prazo.....		5.793.125	5.953.838	5.665.504	5.870.122
Vinculados ao Banco Central.....		30.242	4.014	30.242	4.014	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.2	-	3.260	-	3.260
Vinculados à Prestação de Garantias.....		176.445	130.923	181.326	137.371	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		-	3.260	-	3.260
Operações de Crédito	7.1	4.733.944	3.208.596	4.942.846	3.369.339	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	7.2	-	107	-	107
Setor Privado.....		4.800.963	3.438.845	5.016.057	3.604.916	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	7.4	169.782	-	169.782	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	7.4	160.283	-	160.283	-	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.3	426.799	413.657	426.799	413.657
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7.2	(227.302)	(230.249)	(233.494)	(235.577)	PROVISÕES.....		238.249	242.171	280.339	286.050
Outros Créditos.....		8.152	4.473	8.152	4.473	Provisão para Outros Passivos	15.a	238.249	242.171	280.339	286.050
Devedores por Compras de Valores e Bens	7.1	41.159	6.831	41.159	6.831	PASSIVOS FISCAIS		-	-	3.633	2.726
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	7.2	(33.007)	(2.358)	(33.007)	(2.358)	Passivos Fiscais Diferidos.....		-	-	3.633	2.726
TRIBUTOS DIFERIDOS.....		592.996	535.678	612.765	555.377	OUTROS PASSIVOS.....		104.968	77.076	108.307	83.944
Créditos Tributários	9	592.996	535.678	612.765	555.377	Provisão para Pagamentos a Efetuar.....		104.968	55.005	108.307	61.873
OUTROS ATIVOS.....		185.368	215.467	246.375	274.408	Outros.....		-	22.071	-	22.071
Despesas Antecipadas	10.7	20.246	34.296	21.820	37.374	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....		236	312	236	312
Outros Créditos.....		165.122	181.171	224.555	237.034	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	1.124.491	987.968	1.171.468	1.033.907
Rendas a Receber	10.4	-	7.000	-	7.000	Capital Social	17.1	597.540	492.708	597.540	492.708
Devedores por Depósitos em Garantia	10.1	136.385	133.155	172.900	175.198	Reservas de Capital	17.2	43.375	43.375	43.375	43.375
Impostos a Compensar	10.2	33.541	8.472	45.989	10.699	Reservas de Reavaliação		108	117	108	117
Pagamentos a Ressarcir		531	519	1.559	1.532	Reservas de Lucros	17.2	478.082	463.107	478.082	463.107
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito	10.3	40.810	40.419	51.558	52.305	Reserva Legal.....		87.688	78.463	87.688	78.463
Outros.....		3.020	-	3.020	-	Reservas Estatutárias.....		390.394	384.644	390.394	384.644
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	7.2	(49.165)	(8.394)	(50.471)	(9.700)	Para Pagamento de Dividendos.....		34.627	23.569	34.627	23.569
INVESTIMENTOS.....		564.407	496.384	2.689	2.112	Para Aumento de Capital.....		355.767	361.075	355.767	361.075
Participações em Controladas - No País	11	609.190	541.744	-	-	Outros Resultados Abrangentes.....		11.000	(11.339)	11.000	(11.339)
Outros Investimentos.....		3.251	2.674	4.094	3.496	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....		11.000	(11.339)	11.000	(11.339)
(Provisões para Perdas).....		(48.034)	(48.034)	(1.405)	(1.384)	(Ações em Tesouraria).....	17.1	(5.614)	-	(5.614)	-
IMOBILIZADO	12	151.157	165.631	171.772	176.153	Participação dos Não Controladores.....		-	-	46.977	45.939
Imóveis de Uso.....		18.261	18.261	27.823	23.922	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		12.455.378	10.702.874	12.423.365	10.718.363
Outras Imobilizações de Uso.....		329.616	310.367	342.805	316.807						
(Depreciação Acumulada).....		(196.720)	(162.997)	(198.856)	(164.576)						
INTANGÍVEL	13	81.720	69.233	81.720	69.262						
Ativos Intangíveis.....		196.129	171.059	196.129	171.408						
(Amortização Acumulada).....		(114.409)	(101.826)	(114.409)	(102.146)						
TOTAL DO ATIVO.....		12.455.378	10.702.874	12.423.365	10.718.363						

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o 2º Semestre de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	Nota	MB - Múltiplo			MB - Consolidado		
		2º Semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios	
		2021	2021	2020	2021	2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.344.219	2.545.260	2.234.317	1.377.072	2.606.505	2.300.725
Operações de Crédito	21.1	1.220.188	2.247.928	1.857.189	1.248.871	2.301.215	1.913.802
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		67.453	91.785	99.621	71.623	99.743	109.416
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.2.2	11.689	41.506	117.040	11.689	41.506	117.040
Resultado de Operações de Câmbio.....		15.345	14.170	33.728	15.345	14.170	33.728
Resultado das Aplicações Compulsórias.....		2.155	3.636	2.597	2.155	3.636	2.597
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	7.4	27.389	146.235	124.142	27.389	146.235	124.142
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(270.838)	(377.875)	(436.802)	(267.021)	(372.776)	(437.363)
Operações de Captação no Mercado	21.2	(268.074)	(374.861)	(423.068)	(264.104)	(369.510)	(422.504)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.....		(341)	(443)	(11.774)	(341)	(443)	(11.774)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	7.4	(2.423)	(2.571)	(1.960)	(2.576)	(2.823)	(3.085)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.073.381	2.167.385	1.797.515	1.110.051	2.233.729	1.863.362
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	7.2	(196.003)	(334.760)	(317.637)	(200.067)	(344.697)	(326.310)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		877.378	1.832.625	1.479.878	909.984	1.889.032	1.537.052
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(882.329)	(1.687.453)	(1.253.676)	(905.365)	(1.725.159)	(1.291.841)
Receitas de Prestação de Serviços	22.1	124.819	241.566	256.545	185.212	352.594	318.399
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas.....		31.332	54.450	34.738	91.652	165.402	96.522
Rendas de Tarifas Bancárias.....		93.487	187.116	221.807	93.560	187.192	221.877
Resultado de Participações em Controladas	11.a	51.009	83.073	39.270	-	-	-
Equivalência Patrimonial.....		51.009	83.073	39.270	-	-	-
Despesas de Pessoal	22.2	(248.836)	(470.176)	(433.839)	(265.222)	(500.440)	(458.854)
Outras Despesas Administrativas	22.3	(401.184)	(831.543)	(665.732)	(411.080)	(851.450)	(683.853)
Despesas Tributárias	22.4	(67.909)	(134.705)	(109.747)	(73.882)	(148.498)	(117.806)
Outras Receitas Operacionais	22.5	49.602	80.536	45.614	57.896	91.938	52.238
Outras Despesas Operacionais	22.6	(389.830)	(656.204)	(385.787)	(398.289)	(669.303)	(401.965)
RESULTADO OPERACIONAL		(4.951)	145.172	226.202	4.619	163.873	245.211
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23	6.784	3.423	(16.038)	6.892	3.491	(16.031)
Receitas.....		14.965	21.999	56.573	15.088	22.140	56.653
Despesas.....		(8.181)	(18.576)	(72.611)	(8.196)	(18.649)	(72.684)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		1.833	148.595	210.164	11.511	167.364	229.180
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24	95.294	65.801	(36.532)	90.625	54.286	(50.387)
Provisão para Imposto de Renda.....		14.581	4.502	(2.213)	10.622	(4.249)	(9.968)
Provisão para Contribuição Social.....		10.272	2.660	(1.770)	8.943	(548)	(5.126)
Ativo Fiscal Diferido	9.b	70.441	58.639	(32.549)	71.060	59.083	(35.293)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(13.179)	(29.909)	(22.584)	(15.687)	(34.287)	(25.438)
Administradores.....		-	(1.748)	-	(1.996)	(5.212)	(2.290)
Empregados.....		(13.179)	(28.161)	(22.584)	(13.691)	(29.075)	(23.148)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-	-	(2.501)	(2.876)	(2.307)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		83.948	184.487	151.048	83.948	184.487	151.048
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)							
Ações ordinárias.....		0,8047	1,7685	2,8817			
Ações preferenciais.....		0,8047	1,7685	2,8817			
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)							
Ações ordinárias.....		52.431	115.225	93.881			
Ações preferenciais.....		31.517	69.262	57.167			
Número de Ações em Circulação - básico e diluído							
Ações ordinárias.....		65.155.744	65.155.744	32.577.872			
Ações preferenciais.....		39.165.036	39.165.036	19.837.918			

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para o 2º Semestre de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em R\$ Mil

	MB - Múltiplo			MB - Consolidado		
	2º Semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios	
	2021	2021	2020	2021	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	83.948	184.487	151.048	83.948	184.487	151.048
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	21.339	22.339	3.329	21.339	22.339	3.329
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	7.581	7.180	(1.878)	7.581	7.180	(1.878)
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios.....	11.590	11.185	(4.380)	11.590	11.185	(4.380)
Títulos Disponíveis para Venda - De Controladas (MEP).....	1.206	1.028	531	1.206	1.028	531
Efeito Fiscal.....	(5.215)	(5.033)	1.971	(5.215)	(5.033)	1.971
ITENS QUE NÃO SERÃO POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	13.758	15.159	5.207	13.758	15.159	5.207
Ajustes de Avaliação Atuarial.....	25.015	27.562	9.467	25.015	27.562	9.467
Efeito Fiscal.....	(11.257)	(12.403)	(4.260)	(11.257)	(12.403)	(4.260)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	105.287	206.826	154.377	105.287	206.826	154.377
Lucro Atribuível ao Controlador.....	105.287	206.826	154.377	102.786	203.950	152.070
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores.....	-	-	-	2.501	2.876	2.307

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o 2º Semestre de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	(-) AÇÕES EM TESOURARIA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL	REAVLIAÇÃO CONTROLADAS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS						
SALDOS EM 01/01/2020	492.708	-	43.375	126	70.911	295.047	(14.668)	-	-	887.499	44.335	931.834
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	3.329	(11.688)	-	(8.359)	-	(8.359)
Realização de Reserva	-	-	-	(9)	-	-	-	9	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	151.048	-	151.048	2.307	153.355
Varição de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(703)	(703)
Destinações:												
Reservas	-	-	-	-	7.552	89.597	-	(97.149)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(42.220)	-	(42.220)	-	(42.220)
SALDOS EM 31/12/2020	492.708	-	43.375	117	78.463	384.644	(11.339)	-	-	987.968	45.939	1.033.907
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	-	-	(9)	7.552	89.597	3.329	-	-	100.469	1.604	102.073
SALDOS EM 01/01/2021	492.708	-	43.375	117	78.463	384.644	(11.339)	-	-	987.968	45.939	1.033.907
Aumento de Capital - RCA 09/12/2021	-	104.832	-	-	-	(104.832)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.614)	(5.614)	-	(5.614)
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	22.339	(13.758)	-	8.581	-	8.581
Realização de Reserva	-	-	-	(9)	-	-	-	9	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	184.487	-	184.487	2.876	187.363
Varição de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.838)	(1.838)
Destinações:												
Reservas	-	-	-	-	9.225	110.582	-	(119.807)	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.514)	-	(3.514)	-	(3.514)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(47.417)	-	(47.417)	-	(47.417)
SALDOS EM 31/12/2021	492.708	104.832	43.375	108	87.688	390.394	11.000	-	(5.614)	1.124.491	46.977	1.171.468
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	104.832	-	(9)	9.225	5.750	22.339	-	(5.614)	136.523	1.038	137.561
SALDOS EM 01/07/2021	492.708	-	43.375	113	83.490	458.131	(10.339)	-	-	1.067.478	45.564	1.113.042
Aumento de Capital - RCA 09/12/2021	-	104.832	-	-	-	(104.832)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.614)	(5.614)	-	(5.614)
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	21.339	(13.758)	-	7.581	-	7.581
Realização de Reserva	-	-	-	(5)	-	-	-	5	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	83.948	-	83.948	2.501	86.449
Varição de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.088)	(1.088)
Destinações:												
Reservas	-	-	-	-	4.198	37.095	-	(41.293)	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.514)	-	(3.514)	-	(3.514)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(25.388)	-	(25.388)	-	(25.388)
SALDOS EM 31/12/2021	492.708	104.832	43.375	108	87.688	390.394	11.000	-	(5.614)	1.124.491	46.977	1.171.468
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	104.832	-	(5)	4.198	(67.737)	21.339	-	(5.614)	57.013	1.413	58.426

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Método Indireto

Para o 2º Semestre de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	MB - Múltiplo			MB - Consolidado		
	2º Semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios	
	2021	2021	2020	2021	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:						
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	1.833	148.595	210.164	11.511	167.364	229.180
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	216.461	400.047	483.540	274.912	499.375	540.997
Despesas de Juros e Variação Cambial de Dívidas Subordinadas	-	-	213.973	-	-	213.973
Ajuste a Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge.....	-	-	(141.377)	-	-	(141.377)
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(548)	(548)	(1.766)	(548)	(548)	(1.766)
Despesas com Provisão Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.....	53.272	96.335	69.718	58.584	103.792	76.580
Provisão / (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas.....	(264)	(186)	318	(264)	(186)	318
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	196.003	334.760	317.637	200.067	344.697	326.310
Provisão / (Reversão) para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos.....	5.736	15.705	(34.035)	5.736	15.705	(34.035)
Depreciações e Amortizações.....	32.254	62.507	53.093	33.076	63.862	53.445
Atualizações Monetárias Ativas.....	(15.771)	(16.968)	(3.358)	(21.047)	(22.401)	(4.071)
Resultado de Participações em Controladas.....	(51.009)	(83.073)	(39.270)	-	-	-
(Ganho) / Perda de Ativo Intangível.....	(667)	32	151	(653)	46	151
(Ganho) / Perda na Alienação de Bens e Investimentos.....	(2.545)	(8.517)	48.456	(2.540)	(8.515)	48.449
Perda de Capital em Controlada.....	-	-	-	-	47	-
Resultado de Participação dos Não Controladores.....	-	-	-	2.501	2.876	2.307
Outros.....	-	-	-	-	-	713
Lucro Líquido Ajustado.....	218.294	548.642	693.704	286.423	666.739	770.177
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(171.461)	(87.118)	109.365	(82.319)	(9.755)	100.842
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(31.599)	(42.342)	(27.754)	(61.576)	(100.857)	42.841
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras.....	57.377	41.056	18.006	57.377	41.056	18.006
Redução (Aumento) em Relações Interdependências.....	11.453	2	(6.888)	11.453	2	(6.888)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito.....	(1.445.136)	(2.650.291)	(1.968.289)	(1.519.192)	(2.747.816)	(1.987.220)
Redução (Aumento) em Outros Créditos.....	164.140	2.968	(54.871)	163.376	9.391	(50.666)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens.....	12.332	16.842	25.795	13.656	18.910	29.330
Aumento (Redução) em Depósitos.....	585.370	1.290.826	1.448.829	542.788	1.196.011	1.326.456
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	25.275	(88.261)	(98.950)	32.108	(40.637)	(89.676)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	19.005	(2.092)	(91.786)	14.169	3.534	(76.440)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	174.424	292.988	(87.902)	165.284	273.006	(107.902)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....	(14)	(76)	(24)	(14)	(76)	(25)
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações.....	(380.540)	(676.856)	(40.765)	(376.467)	(690.492)	(31.165)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(22.866)	(41.181)	-	(29.722)	(53.828)	(9.035)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais.....	(403.406)	(718.037)	(40.765)	(406.189)	(744.320)	(40.200)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:						
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda.....	74.443	173.402	433.097	74.443	173.402	433.097
Alienação de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	-	-	69.906	-	-	69.906
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	47.654	81.636	77.151	47.654	81.666	77.179
Alienação de Investimentos.....	175	175	-	175	175	-
Alienação de Imobilizado de Uso.....	23	42	33	89	208	5.772
Redução do Intangível.....	4.000	4.000	-	4.000	4.000	-
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(15.807)	(69.530)	(395.998)	(15.807)	(69.530)	(395.998)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	(64.405)	-	-	(64.405)
Integralização de Capital em Controlada.....	-	(4.250)	-	-	-	-
Aquisição de Investimentos.....	(376)	(751)	(748)	(376)	(751)	(748)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6.794)	(26.721)	(74.502)	(10.398)	(38.324)	(80.180)
Aplicações no Intangível.....	(27.196)	(38.245)	(31.519)	(27.196)	(38.245)	(31.519)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	293	12.272	8.016	-	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento.....	76.415	132.030	21.031	72.584	112.601	13.104
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:						
Principal e Juros Pagos sobre as Captações no Exterior	-	-	(780.607)	-	-	(780.607)
Imposto de Renda sobre Dívidas Subordinadas.....	-	-	(8.720)	-	-	(8.720)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Recebidos.....	-	-	177.991	-	-	177.991
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	2.752	9.252	42.045	2.752	9.252	42.045
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(21.614)	(63.026)	(33.336)	(21.833)	(64.938)	(35.248)
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	(5.614)	(5.614)	-	(5.614)	(5.614)	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento.....	(24.476)	(59.388)	(602.627)	(24.695)	(61.300)	(604.539)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	(351.467)	(645.395)	(622.361)	(358.300)	(693.019)	(631.635)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período.....	1.537.751	1.831.679	2.452.274	1.570.329	1.905.048	2.534.917
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	548	548	1.766	548	548	1.766
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período.....	1.186.832	1.186.832	1.831.679	1.212.577	1.212.577	1.905.048
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	(351.467)	(645.395)	(622.361)	(358.300)	(693.019)	(631.635)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para o 2º Semestre de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	MB - Múltiplo			MB - Consolidado		
	2º Semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios	
	2021	2021	2020	2021	2021	2020
1 - RECEITAS.....	927.258	1.842.431	1.774.485	1.016.170	2.003.227	1.883.894
Intermediação Financeira.....	1.344.219	2.545.260	2.234.317	1.377.072	2.606.505	2.300.725
Prestação de Serviços.....	124.819	241.566	256.545	185.212	352.594	318.399
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(196.003)	(334.760)	(317.637)	(200.067)	(344.697)	(326.310)
Outras	(345.777)	(609.635)	(398.740)	(346.047)	(611.175)	(408.920)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(270.838)	(377.875)	(436.802)	(267.021)	(372.776)	(437.363)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(325.956)	(685.423)	(539.133)	(333.816)	(701.808)	(556.444)
Materiais, Energia e Outros	(23.256)	(47.076)	(41.516)	(23.936)	(48.375)	(41.779)
Serviços de Terceiros	(189.071)	(416.239)	(301.214)	(191.407)	(421.623)	(309.504)
Outros	(113.629)	(222.108)	(196.403)	(118.473)	(231.810)	(205.161)
Comunicações	(5.679)	(13.014)	(12.681)	(6.014)	(13.539)	(12.824)
Processamento de Dados	(44.026)	(86.421)	(73.935)	(45.790)	(89.661)	(76.905)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(6.069)	(12.305)	(10.023)	(6.467)	(14.111)	(11.322)
Serviços do Sistema Financeiro	(3.937)	(11.484)	(9.320)	(3.830)	(11.200)	(9.541)
Transportes	(16.783)	(33.460)	(38.732)	(16.863)	(33.643)	(38.876)
Outros	(37.135)	(65.424)	(51.712)	(39.509)	(69.656)	(55.693)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	330.464	779.133	798.550	415.333	928.643	890.087
5 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(32.254)	(62.507)	(53.093)	(33.076)	(63.862)	(53.445)
Depreciações e Amortizações	(32.254)	(62.507)	(53.093)	(33.076)	(63.862)	(53.445)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5) ...	298.210	716.626	745.457	382.257	864.781	836.642
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	51.009	83.073	39.270	-	-	-
Resultado de Participações em Controladas	51.009	83.073	39.270	-	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	349.219	799.699	784.727	382.257	864.781	836.642
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	349.219	799.699	784.727	382.257	864.781	836.642
Pessoal	211.242	392.467	354.308	226.900	421.522	376.832
Remuneração Direta	150.560	282.825	249.815	164.286	308.465	270.325
Benefícios	44.881	83.735	79.842	46.470	86.434	81.360
F.G.T.S	15.801	25.907	24.651	16.144	26.623	25.147
Impostos, Taxas e Contribuições	11.055	139.132	205.865	24.720	170.116	232.491
Federais	(2.222)	116.785	188.253	9.562	141.479	212.726
Estaduais	11	818	22	17	3.639	29
Municipais	13.266	21.529	17.590	15.141	24.998	19.736
Remuneração de Capitais de Terceiros	42.974	83.613	73.506	44.188	85.780	73.964
Aluguéis	42.974	83.613	72.114	44.188	85.780	72.572
Arrendamento Mercantil	-	-	1.392	-	-	1.392
Remuneração de Capitais Próprios	83.948	184.487	151.048	86.449	187.363	153.355
Dividendos.....	3.514	3.514	-	3.514	3.514	-
Juros sobre o Capital Próprio	25.388	47.417	42.220	25.388	47.417	42.220
Lucros Retidos do Período.....	55.046	133.556	108.828	55.046	133.556	108.828
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	2.501	2.876	2.307

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, e realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 51 agências e 243 Postos de Atendimento, e um quadro de 2.978 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento. A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 16/02/2022.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, (MB Consolidado), relacionadas abaixo:

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas diretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Dez / 2021	Dez / 2020
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Banco de investimento	91,53	91,53
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada e correspondente bancário	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ^(I)	Serviços de Tecnologia da Informação	98,17	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A. ^(II)	Marketplace e Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,95	85,95
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00

^(I) Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil do Brasil Financeira S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos (Vide nota nº 11.).

^(II) Denominação social anterior: Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A., alterada pela AGE de 23/04/2021

Controladas indiretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Dez / 2021	Dez / 2020
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora de créditos financeiros	100,00	100,00
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ^(I)	Corretagem de seguros	85,57	79,79
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	Negócios imobiliários	100,00	100,00

^(I) No primeiro trimestre de 2021, a controlada Mercantil do Brasil Financeira S.A. adquiriu 3.631.878 ações ordinárias de emissão da controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A., pelo montante de R\$ 555, representando um acréscimo de 5,78% na participação societária indireta do Banco.

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- I. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- II. Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigação, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- III. Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ela associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira “*pro rata temporis*” (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.748/19, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 8.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

A Resolução CMN nº 4.803/20, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855/20, editada em caráter temporário e com aplicabilidade até dezembro 2020, devido à pandemia da Covid-19, foi aplicada pelo Banco, adotando-se a prerrogativa de se manter as operações reestruturadas no mesmo nível de risco em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, mediante as premissas estabelecidas na norma.

c) Conversão de moeda estrangeira

• **Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas Controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• **Operações em Moeda Estrangeira**

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,5805 (Em 31 de dezembro de 2020: US\$ 1,00 = R\$ 5,1967).

d) Impostos e Contribuições

• **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

• **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% até fevereiro de 2020 e 20% a partir de março de 2020, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103/19. Com a edição da Medida Provisória nº 1.034/21, a alíquota da contribuição social é majorada em 5%, passando para 25% no período de julho a dezembro de 2021, para o setor bancário.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

e) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem.

Os Ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

f) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

h) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- I. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- II. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- III. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.

- IV. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

l) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 17.3.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

m) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.706/18 da seguinte forma:

- I. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.
- II. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

n) Benefícios a empregados

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

o) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Disponibilidades	984.730	1.426.300	984.733	1.426.303
Aplicações interfinanceiras de liquidez	202.102	405.379	227.844	478.745
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	196.046	405.379	221.788	478.745
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.056	-	6.056	-
Total	1.186.832	1.831.679	1.212.577	1.905.048

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Aplicações no mercado aberto	328.004	625.598	328.004	625.598
Posição bancada	196.046	405.379	221.788	478.745
Letras Financeiras do Tesouro	145.753	403.281	156.707	476.646
Letras do Tesouro Nacional	50.293	2.098	65.081	2.099
Posição financiada	131.958	220.219	106.216	146.853
Letras Financeiras do Tesouro	54.252	220.219	43.298	146.853
Letras do Tesouro Nacional	77.706	-	62.918	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	206.861	25.426	81.874	25.426
Total	534.865	651.024	409.878	651.024
Circulante	415.881	645.977	379.128	645.977
Não circulante	118.984	5.047	30.750	5.047

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo “captação no mercado aberto”, que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**5.1. Títulos e valores mobiliários****MB – Múltiplo**

Descrição	Dez / 2021		Dez / 2020	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos / Vencimentos				
Títulos Disponíveis para Venda	940.679	947.826	1.011.318	1.003.204
Cotas de capital da Câmera Interbancária de Pagamentos - CIP	225	9.259	-	-
Indeterminado	225	9.259	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	939.035	937.148	1.003.179	999.134
De 31 a 60 dias	277.031	277.017	98.130	98.118
De 181 dias a 1 ano	71.437	71.438	65.625	65.595
De 1 a 2 anos	-	-	326.736	326.437
De 2 a 3 anos	350.314	349.531	-	-
De 3 a 4 anos	-	-	335.491	334.053
De 4 a 5 anos	185.047	183.710	-	-
De 5 a 10 anos	55.206	55.452	177.197	174.931

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Dez / 2021		Dez / 2020		
	Títulos / Vencimentos	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Debêntures		1.419	1.419	8.139	4.070
De 61 a 90 dias		84	84	107	107
De 181 dias a 1 ano		-	-	227	227
De 2 a 3 anos		1.335	1.335	7.805	3.736
Total Geral		940.679	947.826	1.011.318	1.003.204
Total Contábil		-	947.826	-	1.003.204
Circulante		-	348.539	-	164.045
Não circulante		-	599.287	-	839.159

MB – Consolidado

Descrição	Dez / 2021		Dez / 2020		
	Títulos / Vencimentos	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos Disponíveis para Venda		1.150.264	1.165.455	1.162.935	1.160.375
Cotas de capital da Câmera Interbancária de Pagamentos - CIP		225	9.259	-	-
Indeterminado		225	9.259	-	-
Cotas de Fundos de Investimento		16.984	16.984	17.390	17.390
Indeterminado		16.984	16.984	17.390	17.390
Cotas de Fundos em Participações		5.456	5.456	5.388	5.388
Indeterminado		5.456	5.456	5.388	5.388
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação		4.882	4.882	4.664	4.664
De 5 a 10 anos		4.882	4.882	4.664	4.664
Cotas de Fundo Imobiliário		27.555	35.602	28.549	34.530
De 5 a 10 anos		27.555	35.602	28.549	34.530
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio		15.878	15.878	-	-
De 61 a 90 dias		4.030	4.030	-	-
De 181 dias a 1 ano		2.982	2.982	-	-
De 2 a 3 anos		8.866	8.866	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio		90.706	90.706	22.353	22.241
De 61 a 90 dias		1.882	1.882	575	575
De 181 dias a 1 ano		15.216	15.216	5.610	5.610
De 1 a 2 anos		-	-	205	203
De 2 a 3 anos		44.832	44.832	12.025	12.025
De 3 a 4 anos		5.100	5.100	3.938	3.828
De 4 a 5 anos		23.676	23.676	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários		30.302	30.301	33.572	33.381
De 61 a 90 dias		299	299	237	237
De 181 dias a 1 ano		1.668	1.668	1.605	1.605
De 2 a 3 anos		9.352	9.351	10.126	10.126
De 3 a 4 anos		-	-	2.120	2.057
De 4 a 5 anos		2.980	2.980	2.791	2.791
De 5 a 10 anos		1.628	1.628	2.543	2.500
Acima de 10 anos		14.375	14.375	14.150	14.065
Letras Financeiras do Tesouro		946.067	944.178	1.016.852	1.012.791
De 31 a 60 dias		280.806	280.791	98.130	98.118
De 181 dias a 1 ano		74.694	74.694	65.625	65.595
De 1 a 2 anos		-	-	340.409	340.094
De 2 a 3 anos		350.314	349.531	-	-
De 3 a 4 anos		-	-	335.491	334.053
De 4 a 5 anos		185.047	183.710	-	-
De 5 a 10 anos		55.206	55.452	177.197	174.931
Debêntures		12.209	12.209	23.705	19.480
De 61 a 90 dias		1.734	1.734	823	823
De 181 dias a 1 ano		4.650	4.650	4.277	4.277
De 1 a 2 anos		4.491	4.491	-	-
De 2 a 3 anos		1.334	1.334	18.605	14.380

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Descrição	Dez / 2021		Dez / 2020	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos / Vencimentos				
Letra Financeira Subordinada	-	-	10.462	10.510
De 61 a 90 dias	-	-	10.360	10.408
De 5 a 10 anos	-	-	102	102
Títulos Mantidos até o Vencimento	1.926	1.926	2.745	2.745
Fundo de investimentos em direitos creditórios	1.926	1.926	2.745	2.745
De 2 a 3 anos	1.926	1.926	-	-
De 3 a 4 anos	-	-	2.745	2.745
Total Geral	1.152.190	1.167.381	1.165.680	1.163.120
Total Contábil	-	1.167.381	-	1.163.120
Circulante	-	410.386	-	199.716
Não circulante	-	756.995	-	963.404

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP foram registradas de acordo o valor atual do patrimônio social da CIP conforme informado pela *Clearing* na data de fechamento.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 31 de dezembro de 2021, referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 8.346 (R\$ 4.068 em dezembro de 2020) e no consolidado R\$ 8.510 (R\$ 4.528 em dezembro de 2020).

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 190.910 (R\$ 155.619 em dezembro de 2020) e no consolidado R\$ 200.799 (R\$ 162.067 em dezembro de 2020), representados por Letras Financeiras do Tesouro.

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, se houver, são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

5.2.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Descrição	Conta de Compensação			
	Valor de Referência		Valor Justo	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Contrato de Futuro – Dólar ⁽ⁱ⁾ Posição passiva - Moeda estrangeira	121.326	107.997	123.834	108.338
Contrato de Futuro – DI ⁽ⁱⁱ⁾ Posição passiva Taxa de Juros	540.453	1.251.768	540.147	1.251.281
Contrato de Futuro – Mini Índice ⁽ⁱⁱⁱ⁾ Posição ativa – Ibovespa	466	-	468	-
Contrato de Futuro – DAP ^(iv) Posição passiva – Taxa de Juros	9.198	-	9.213	-

⁽ⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado, diariamente, e ajustadas na B3.

⁽ⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Mini Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

^(iv) A operação com Futuro de cupom de IPCA (DAP) tem a finalidade de proteger as exposições do Banco relativamente às operações indexadas ao IPCA.

Instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento

Descrição	Mercado de Registro	Faixa de Vencimento		Valor Referencial
		De 01 a 90 dias	Acima de 360 dias	
Contrato de Futuro – Dólar	B3	121.326	-	121.326
Contrato de Futuro – DI		-	540.453	540.453
Contrato de Futuro – Mini Índice		466	-	466
Contrato de Futuro – DAP		-	9.198	9.198
Total em 31/12/2021		121.792	549.651	671.443
Total em 31/12/2020		519.436	840.329	1.359.765

5.2.2. Ganhos e Perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Dez / 2021			Dez / 2020		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Swap	-	-	-	157.205	(13.525)	143.680
Contrato de Futuro – Dólar	113.691	(117.990)	(4.299)	137.252	(142.109)	(4.857)
Contrato de Futuro – DI	220.679	(174.838)	45.841	151.680	(173.463)	(21.783)

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato de Futuro – Mini Índice	310	(387)	(77)	-	-	-
Contrato de Futuro – DAP	53	(12)	41	-	-	-
Total	334.733	(293.227)	41.506	446.137	(329.097)	117.040

No terceiro trimestre de 2020 foi encerrada a operação de swap contratada com o objetivo de proteção contra as variações cambiais de parte das captações com Dívidas Subordinadas as quais foram liquidadas no vencimento, em julho de 2020.

5.2.3. Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02 .

A efetividade das operações de *Hedge Accounting*, conforme Circular Bacen nº 3.082/02, são verificadas através da projeção tanto do ativo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *Hedge Accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação das taxas de juros nas operações de *Hedge Accounting* é efetiva em relação as variações das taxas de juros sobre as operações objeto de *hedge*.

<i>Hedge Accounting</i>	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos	559.048	1.230.385	539.627	1.241.486
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	(539.621)	(1.241.483)	(539.621)	(1.241.483)

Não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *hedge*.

5.3. Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias Disponível para Venda e Negociação bem como, os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Mercantil do Brasil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução e/ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício. Em complemento, o descasamento em moeda estrangeira também é protegido via mercado futuro como forma de dirimir as altas volatilidades apresentadas nas taxas de câmbio.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, o dólar a R\$ 5,54 e a taxa de juros a 9,85 % ao ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2021 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 6,98 e a taxa de juros 7,32% ao ano.
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2021 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 8,37 e a taxa de juros 6,10% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do Valor Justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
Exposição Cambial com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) ⁽¹⁾	Derivativo (ponta ativa futuro)	740	29.995	59.990
		Descasamento em USD	(740)	(30.191)	(60.382)
		Efeito Líquido	-	(196)	(392)
	Taxa de Juros Prefixada	Derivativo (ponta passiva futuro)	70	(185)	(310)
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	1.610	34.275	64.818
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(1.536)	(34.566)	(65.122)
		Efeito Líquido	74	(291)	(304)
TVM	Renda Fixa	Debêntures	(331)	(3.052)	(6.104)
		CDCA	(159)	(3.969)	(7.939)
		CRI	(206)	(7.576)	(15.151)
		CRA	(832)	(22.676)	(45.353)
Total com correlação			(1.384)	(37.945)	(75.553)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(692)	(18.973)	(37.777)

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente do dólar nos cenários II e III, demonstrando a eficácia do *hedge* em neutralizar o descasamento em moeda estrangeira. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado (vide nota explicativa 26), com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS

Os créditos vinculados, no individual e consolidado, são como segue:

Recolhimentos compulsórios	Dez / 2021	Dez / 2020
Sobre depósitos à vista	69.536	17.776
Sobre depósitos de poupança	39.874	64.694
Total – Circulante	109.410	82.470

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**7.1. Composição das operações de crédito e outros créditos:**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Operações de crédito	8.297.365	5.987.588	8.651.485	6.253.357
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	24.151	17.032	24.151	17.032
Devedores por compra de valores e bens	49.632	15.851	49.632	15.851
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	123.621	93.079	123.489	92.990
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	55.583	55.583	55.583	55.583
Subtotal	8.550.352	6.169.133	8.904.340	6.434.813
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de <i>Hedge</i>	(19.421)	11.101	(19.421)	11.101
Total	8.530.931	6.180.234	8.884.919	6.445.914
Circulante	3.528.526	2.734.558	3.667.420	2.834.167
Não circulante	5.002.405	3.445.676	5.217.499	3.611.747

7.2. Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Com característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos exercícios	455.253	541.960	463.853	552.645
Constituição de provisão	576.129	542.053	591.207	554.723
Reversão de provisão	(241.369)	(224.416)	(246.510)	(228.413)
Efeito no resultado	334.760	317.637	344.697	326.310
Baixa	(325.165)	(404.344)	(333.318)	(415.102)
Saldos no final dos exercícios	464.848	455.253	475.232	463.853
Sem característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos exercícios	8.394	8.394	10.394	9.700
Constituição de provisão	40.771	-	40.771	-
Efeito no resultado	40.771	-	40.771	-
Inclusão / Exclusão	-	-	(694)	694
Saldos no final dos exercícios	49.165	8.394	50.471	10.394
Total	514.013	463.647	525.703	474.247
Circulante	204.539	222.646	208.731	226.612
Não circulante	309.474	241.001	316.972	247.635

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, no individual e consolidado, é como segue:

Descrição	Dez / 2021	Dez / 2020
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	236	223
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	48	48
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	1.457	1.566
Outras fianças bancárias	1.037	1.127
Total	2.778	2.964
Circulante	2.778	2.857
Não circulante	-	107

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**7.3. Operações de crédito e de outros créditos:**

a) Composição da carteira por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

MB – Múltiplo

Nível	Operações de Crédito e Outros Créditos									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Dez / 2021	Dez / 2020
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.335.383	29.936	31.577	22.957	20.682	19.090	15.373	108.127	1.583.125	1.362.349
Crédito Consignado INSS	140	4.701.762	20.044	12.079	9.628	5.729	4.734	1.983	49.256	4.805.355	2.841.963
Capital de Giro	138.751	205.614	37.851	24.380	32.697	7.041	46.546	7.006	653	500.539	544.875
Crédito Rural	18.628	3.395	471	-	47.948	-	-	26	926	71.394	136.092
Renegociação	-	-	-	-	48.592	27.547	22.568	13.829	35.713	148.249	249.668
Cartão de Crédito Consignado	-	253.703	1.487	868	695	816	556	531	4.701	263.357	225.789
Crédito Consignado Público	-	358.259	14.564	4.002	4.038	2.445	1.422	2.338	4.252	391.320	286.522
Cheque Empresa	-	4.120	6.086	11	1.863	17	-	152	181	12.430	10.755
Cheque Especial	56	54.956	2.601	1.762	1.448	992	958	738	5.818	69.329	43.672
Conta Garantida	449	8.001	4.376	2.983	2.758	812	-	-	-	19.379	23.614
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	79.734	79.734	72.615
Crédito Imobiliário	1.437	259	45.303	34	-	-	-	-	-	47.033	66.649
Cartão de Crédito	903	75.039	5.417	2.270	2.044	974	718	477	2.750	90.592	64.580
Crédito Pessoal	92.815	44.161	29.501	409	733	243	138	82	548	168.630	194.608
Outros	111	265.845	4.369	8.372	5	224	5	19.752	1.203	299.886	45.382
Total geral	253.290	7.310.497	202.006	88.747	175.406	67.522	96.735	62.287	293.862	8.550.352	6.169.133
PCLD	-	36.541	2.020	2.662	17.541	20.256	48.368	43.598	293.862	464.848	455.253

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

MB – Consolidado

Nível	Operações de Crédito e Outros Créditos									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Dez / 2021	Dez / 2020
Crédito Pessoal INSS Débito em Conta	-	1.335.383	29.936	31.577	22.957	20.682	19.090	15.373	108.127	1.583.125	1.362.349
Crédito Consignado INSS	140	4.732.278	27.212	12.557	9.970	5.837	4.860	2.106	50.470	4.845.430	2.906.158
Capital de Giro	215.468	252.199	37.851	25.616	32.697	7.041	46.546	7.006	653	625.077	603.126
Crédito Consignado Público	-	518.128	24.549	7.798	6.080	3.809	2.140	2.939	8.031	573.474	423.775
Renegociação	-	-	-	-	48.655	27.547	22.600	13.843	35.786	148.431	249.893
Crédito Rural	18.628	3.395	471	-	47.948	-	-	26	926	71.394	136.092
Cartão de Crédito Consignado	-	253.703	1.487	868	695	816	556	531	4.701	263.357	225.789
Cheque Empresa	-	4.120	6.086	11	1.863	17	-	152	181	12.430	10.755
Cheque Especial	56	54.956	2.601	1.762	1.448	992	958	738	5.818	69.329	43.672
Conta Garantida	449	8.001	4.376	2.983	2.758	812	-	-	-	19.379	23.614
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	79.734	79.734	72.615
Crédito Imobiliário	1.437	259	45.303	34	-	-	-	-	-	47.033	66.649
Cartão de Crédito	903	75.039	5.417	2.270	2.044	974	718	477	2.750	90.592	64.580
Crédito Pessoal	92.815	44.161	29.501	409	733	243	138	82	548	168.630	194.607
Financiamento Veículos - CDC	-	1.257	3.646	54	-	4	2.202	-	9	7.172	5.478
Outros	(19)	265.846	4.370	8.374	5	223	3	19.748	1.203	299.753	45.661
Total geral	329.877	7.548.725	222.806	94.313	177.853	68.997	99.811	63.021	298.937	8.904.340	6.434.813
PCLD	-	37.732	2.265	2.792	17.785	20.699	49.906	44.116	298.937	474.232	463.853

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

	MB – Múltiplo	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vencidas	253.272	7.307.944	134.802	16.348	128.955	30.675	49.567	13.074	81.723	8.016.360	93,76
	01 a 30 dias	5.369	453.111	9.609	3.679	4.432	2.060	479	303	58.382	537.424	6,29
	31 a 60 dias	4.936	294.558	3.438	608	5.734	1.427	469	311	937	312.418	3,65
	61 a 90 dias	4.411	265.940	5.043	850	2.542	1.487	481	347	1.070	282.171	3,30
	91 a 180 dias	25.179	712.609	6.699	1.951	7.336	2.666	1.441	1.027	3.540	762.448	8,92
	181 a 360 dias	38.837	1.186.965	9.103	2.270	27.197	4.815	33.582	1.457	6.907	1.311.133	15,33
	Acima de 360 dias	174.540	4.394.761	100.910	6.990	81.714	18.220	13.115	9.629	10.887	4.810.766	56,27
	Vencidas até 14 dias	18	2.553	1.068	278	221	74	23	23	6.122	10.380	0,12
	Total em 31/12/2021	253.290	7.310.497	135.870	16.626	129.176	30.749	49.590	13.097	87.845	8.026.740	93,88
	%	2,96	85,50	1,59	0,19	1,51	0,36	0,58	0,15	1,04	93,88	-
	Total em 31/12/2020	330.137	4.835.550	162.565	73.055	78.184	54.008	24.251	145.439	39.951	5.743.140	93,09
%	5,35	78,38	2,64	1,18	1,27	0,88	0,39	2,36	0,64	93,09	-	
Curso Anormal	Parcelas vencidas	-	-	56.849	60.361	35.198	22.057	30.252	38.535	94.767	338.019	3,95
	01 a 30 dias	-	-	3.632	3.052	2.127	1.388	1.526	1.039	5.285	18.049	0,21
	31 a 60 dias	-	-	3.274	2.791	1.980	1.276	1.401	929	4.924	16.575	0,19
	61 a 90 dias	-	-	2.855	2.540	1.818	1.162	1.359	1.200	4.509	15.443	0,18
	91 a 180 dias	-	-	7.411	6.088	4.753	2.956	3.459	3.046	11.644	39.357	0,46
	181 a 360 dias	-	-	10.678	9.598	6.223	4.087	5.248	5.121	17.338	58.293	0,68
	Acima de 360 dias	-	-	28.999	36.292	18.297	11.188	17.259	27.200	51.067	190.302	2,23
	Parcelas vencidas	-	-	9.287	11.760	11.032	14.716	16.893	10.655	111.250	185.593	2,17
	01 a 14 dias	-	-	-	111	326	24	5.495	156	222	6.334	0,07
	15 a 30 dias	-	-	8.668	3.432	2.419	5.363	1.505	1.581	13.803	36.771	0,43
	31 a 60 dias	-	-	619	6.979	2.882	1.990	2.010	1.348	29.042	44.870	0,52
	61 a 90 dias	-	-	-	1.016	4.385	2.166	2.127	1.473	7.592	18.759	0,22
	91 a 180 dias	-	-	-	222	1.020	4.869	5.130	5.444	35.093	51.778	0,61
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	304	626	653	24.573	26.156	0,31
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	925	925	0,01
	Total em 31/12/2021	-	-	66.136	72.121	46.230	36.773	47.145	49.190	206.017	523.612	6,12
	%	-	-	0,77	0,84	0,54	0,43	0,55	0,58	2,41	6,12	-
	Total em 31/12/2020	-	-	38.670	44.513	31.430	37.999	59.124	35.745	178.512	425.993	6,91
	%	-	-	0,63	0,72	0,51	0,62	0,96	0,58	2,89	6,91	-
	Total	Total em 31/12/2021	253.290	7.310.497	202.006	88.747	175.406	67.522	96.735	62.287	293.862	8.550.352
%		2,96	85,50	2,36	1,03	2,05	0,79	1,13	0,73	3,45	100,00	-
Total em 31/12/2020		330.137	4.835.550	201.235	117.568	109.614	92.007	83.375	181.184	218.463	6.169.133	100,00
%		5,35	78,38	3,27	1,90	1,78	1,50	1,35	2,94	3,53	100,00	-

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	MB – Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	329.859	7.546.123	138.846	16.404	129.018	30.675	50.638	13.114	81.753	8.336.430	93,63
	01 a 30 dias	6.486	458.137	9.709	3.684	4.436	2.060	512	304	58.383	543.711	6,11
	31 a 60 dias	6.846	324.180	3.559	613	5.738	1.427	501	312	938	344.114	3,86
	61 a 90 dias	5.634	271.793	5.129	854	2.545	1.487	513	348	1.072	289.375	3,25
	91 a 180 dias	29.511	734.067	6.996	1.963	7.346	2.666	1.535	1.030	3.545	788.659	8,86
	181 a 360 dias	53.067	1.223.074	9.653	2.293	27.208	4.815	33.759	1.462	6.917	1.362.248	15,30
	Acima de 360 dias	228.315	4.534.872	103.800	6.997	81.745	18.220	13.818	9.658	10.898	5.008.323	56,25
	Vencidas até 14 dias	18	2.602	1.068	278	221	74	56	23	6.122	10.462	0,12
	Total em 31/12/2021	329.877	7.548.725	139.914	16.682	129.239	30.749	50.694	13.137	87.875	8.346.892	93,75
	%	3,70	84,78	1,57	0,19	1,45	0,35	0,57	0,15	0,99	93,75	-
	Total em 31/12/2020	349.419	5.047.638	163.888	73.250	78.225	54.074	24.283	145.445	40.130	5.976.352	92,88
%	5,43	78,44	2,55	1,14	1,22	0,84	0,38	2,26	0,62	92,88	-	
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	72.912	65.137	37.325	23.275	31.998	39.031	98.234	367.912	4,13
	01 a 30 dias	-	-	4.283	3.431	2.185	1.425	1.580	1.055	5.417	19.376	0,22
	31 a 60 dias	-	-	4.139	3.220	2.083	1.337	1.465	958	5.132	18.334	0,21
	61 a 90 dias	-	-	3.298	2.873	1.846	1.180	1.403	1.207	4.565	16.372	0,18
	91 a 180 dias	-	-	9.226	6.411	4.936	3.069	3.617	3.098	12.020	42.377	0,48
	181 a 360 dias	-	-	13.840	10.180	6.551	4.289	5.542	5.213	18.004	63.619	0,71
	Acima de 360 dias	-	-	38.126	39.022	19.724	11.975	18.391	27.500	53.096	207.834	2,33
	Parcelas vencidas	-	-	9.980	12.494	11.289	14.973	17.119	10.853	112.828	189.536	2,12
	01 a 14 dias	-	-	-	111	326	24	5.495	156	222	6.334	0,07
	15 a 30 dias	-	-	9.311	3.824	2.485	5.405	1.562	1.601	13.945	38.133	0,43
	31 a 60 dias	-	-	669	7.251	2.946	2.034	2.035	1.368	29.182	45.485	0,51
	61 a 90 dias	-	-	-	1.057	4.416	2.190	2.141	1.481	7.645	18.930	0,21
	91 a 180 dias	-	-	-	251	1.116	4.986	5.209	5.524	35.500	52.586	0,59
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	334	677	723	25.271	27.005	0,30
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.063	1.063	0,01
	Total em 31/12/2021	-	-	82.892	77.631	48.614	38.248	49.117	49.884	211.062	557.448	6,25
	%	-	-	0,93	0,87	0,55	0,43	0,55	0,56	2,36	6,25	-
	Total em 31/12/2020	-	-	55.405	48.616	35.284	39.106	59.523	36.339	184.188	458.461	7,12
	%	-	-	0,86	0,76	0,55	0,61	0,93	0,56	2,85	7,12	-
	Total	Total em 31/12/2021	329.877	7.548.725	222.806	94.313	177.853	68.997	99.811	63.021	298.937	8.904.340
%		3,70	84,78	2,50	1,06	2,00	0,78	1,12	0,71	3,35	100,00	-
Total em 31/12/2020		349.419	5.047.638	219.293	121.866	113.509	93.180	83.806	181.784	224.318	6.434.813	100,00
%		5,43	78,44	3,41	1,90	1,77	1,45	1,31	2,82	3,47	100,00	-

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Dez / 2021	%	Dez / 2020	%	Dez / 2021	%	Dez / 2020	%
Pessoa Física	7.704.979	90,11	5.164.425	83,71	7.928.000	89,05	5.368.816	83,43
Pessoa Jurídica	845.373	9,89	1.004.708	16,29	976.340	10,95	1.065.997	16,57
Construção civil	166.519	1,95	180.534	2,93	167.754	1,88	180.534	2,81
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	56.007	0,66	114.408	1,85	69.270	0,78	133.957	2,08
Biocombustíveis e açúcar	59.953	0,70	100.240	1,62	59.953	0,67	100.240	1,56
Siderurgia	85.588	1,00	89.953	1,46	85.588	0,96	89.953	1,40
Prestação de serviços	158.210	1,85	122.683	1,99	159.903	1,80	128.000	1,99
Alimentos	41.005	0,48	39.780	0,64	52.950	0,59	39.780	0,62
Educação	21.494	0,25	25.729	0,42	21.494	0,24	25.889	0,40
Bovinos	20	-	42.561	0,69	20.758	0,23	42.561	0,66
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionado	106.976	1,25	98.599	1,60	161.507	1,81	100.601	1,56
Bebidas	27.482	0,32	36.256	0,59	27.482	0,31	36.256	0,56
Outros	122.119	1,43	153.965	2,50	149.681	1,68	188.226	2,93
Total geral	8.550.352	100,00	6.169.133	100,00	8.904.340	100,00	6.434.813	100,00

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que representam 0,17% do total da carteira de operação de crédito (MB Consolidado 0,17%), sendo o valor do principal de R\$ 14.777 e dos juros de R\$ 26, totalizando R\$ 14.803. Em dezembro de 2020, o valor do principal era R\$ 74.519 e dos juros de R\$ 46, totalizando R\$ 74.565.

7.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aos cessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

Em dezembro de 2021, no individual e consolidado, referidas posições estavam representadas conforme abaixo.

Descrição	Dez / 2021
Saldo das operações cedidas com coobrigação – a valor presente	216.211
Circulante	55.928
Não circulante	160.283
Saldo das obrigações assumidas – a valor presente	226.402
Circulante	56.620
Não circulante	169.782

O MB realizou também operações de cessão de créditos na modalidade de operações sem retenção substancial dos riscos e benefícios e, portanto, foram baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado.

As receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrentes de operações cedidas sem retenção de risco, totalizaram, no múltiplo e no consolidado, o montante de R\$ 146.235 (R\$ 124.142 em dezembro de 2020), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, para o montante cedido de R\$ 909.119 (R\$ 447.081 em dezembro de 2020) a valor presente.

As despesas com operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 2.571 (R\$ 1.960 em dezembro de 2020) e no consolidado no valor de R\$ 2.823 (R\$ 3.085 em dezembro de 2020).

8. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Com base na Resolução CMN nº 4.748/19, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser apurados utilizando a hierarquia de valor justo conforme segue:

- **Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes**

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, o Banco utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente, por

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Cotas de Fundos de Investimentos, Fundos em Participações e Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação da B3.

Nível 3: Para determinados títulos, o Banco dispõe de metodologia de precificação interna que utiliza fatores de provisão atribuídos conforme política de crédito, revisados trimestralmente, e são compostos, principalmente, por Debêntures, CRI, CRA, Fundo Imobiliário e FIDC.

- **Derivativos**

Nível 2: Para mensuração dos derivativos, o Banco estima o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros				
Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	1.056.730	1.056.730	1.063.760	1.063.760
Títulos e Valores Mobiliários	946.407	946.407	953.437	953.437
Cotas de Participação	9.259	9.259	9.259	9.259
Letras Financeiras do Tesouro	937.148	937.148	944.178	944.178
Relações interfinanceiras	109.429	109.429	109.429	109.429
Relações interdependências	894	894	894	894
Nível 2	8.545.365	8.926.043	8.792.304	9.164.794
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	534.865	534.865	409.878	409.878
Aplicações no mercado aberto	328.004	328.004	328.004	328.004
Aplicações em depósitos interfinanceiros	206.861	206.861	81.874	81.874
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	27.322	27.322
Cotas de Fundos	-	-	27.322	27.322
Fundos de Investimento	-	-	16.984	16.984
Fundos em Participações	-	-	5.456	5.456
Fundos de Participação de Negociação	-	-	4.882	4.882
Operações de Crédito e Outros Créditos	8.010.500	8.391.178	8.355.104	8.727.594
Nível 3	1.419	1.419	186.622	186.622
Títulos e Valores Mobiliários	1.419	1.419	186.622	186.622
Certificado Recebíveis do Agronegócio	-	-	90.706	90.706
Certificado Recebíveis Imobiliários	-	-	30.301	30.301
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	-	15.878	15.878
Debêntures	1.419	1.419	12.209	12.209
Cotas de Fundos	-	-	37.528	37.528
Imobiliário	-	-	35.602	35.602
FIDC	-	-	1.926	1.926
Total em 31/12/2021	9.603.514	9.984.192	10.042.686	10.415.176
Total em 31/12/2020	7.058.345	7.058.234	7.401.975	7.401.860

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos Financeiros				
Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	710.515	710.515	706.834	706.834
Depósitos	710.515	710.515	706.834	706.834
à vista	484.431	484.431	480.750	480.750
poupança	226.084	226.084	226.084	226.084
Nível 2	743.759	743.759	707.561	707.561
Captações no Mercado Aberto	131.958	131.958	106.216	106.216
Depósitos	245.504	245.504	235.048	235.048
Interfinanceiros	245.504	245.504	235.048	235.048
Relações Interfinanceiras	124.225	124.225	124.225	124.225
Relações Interdependências	15.670	15.670	15.670	15.670
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	226.402	226.402	226.402	226.402
Nível 3	8.927.143	8.927.143	8.816.444	8.816.444
Depósitos	8.421.856	8.421.856	8.289.132	8.289.132
a prazo	8.421.856	8.421.856	8.285.956	8.285.956
outros	-	-	3.176	3.176
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	70.004	70.004	92.029	92.029
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	435.283	435.283	435.283	435.283
Total em 31/12/2021	10.381.417	10.381.417	10.230.839	10.230.839
Total em 31/12/2020	8.869.649	8.874.242	8.760.636	8.765.225

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Imposto de Renda				
Base de Cálculo	1.300.750	1.171.790	1.347.222	1.216.982
Prejuízo fiscal	243.375	151.962	258.788	168.066
Diferenças temporárias	1.057.375	1.019.828	1.088.434	1.048.916
Total do efeito do IR	325.188	292.948	336.806	304.247
Contribuição Social				
Base de Cálculo	1.315.290	1.185.761	1.363.439	1.233.195
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	-	-	23.745	24.161
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	1.057.375	1.019.828	1.064.688	1.024.755
Base negativa à alíquota de 15%	-	-	17.091	16.236
Base negativa à alíquota de 20%	257.915	165.933	257.915	168.043
Efeito da CSL	263.058	237.151	270.645	244.618
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	4.750	5.579	5.314	6.512
Total do efeito da CSL	267.808	242.730	275.959	251.130
Total – Não Circulante	592.996	535.678	612.765	555.377

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação dos créditos tributários:

Crédito Tributário	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda						
Saldos em 31/12/2020	254.957	37.991	-	262.229	42.018	-
Constituição	166.564	25.077	-	170.598	25.306	-
Realização	(156.903)	(2.224)	-	(160.442)	(2.626)	-
Efeito líquido no resultado	9.661	22.853	-	10.156	22.680	-
Outras	(274)	-	-	(277)	-	-
Saldos em 31/12/2021	264.344	60.844	-	272.108	64.698	-
Contribuição Social						
Saldos em 31/12/2020	203.965	33.186	5.579	208.575	36.043	6.512
Constituição	133.251	19.580	-	135.813	19.717	-
Realização	(125.523)	(1.183)	(829)	(127.668)	(1.615)	(1.198)
Efeito líquido no resultado	7.728	18.397	-	8.145	18.102	-
Outras	(218)	-	-	(220)	-	-
Saldos em 31/12/2021	211.475	51.583	4.750	216.500	54.145	5.314
Total	592.996			612.765		

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 100.564 (R\$ 102.689 em dezembro de 2020) e no consolidado em R\$ 106.830 (R\$ 108.595 em dezembro de 2020) e estão ativados com realização prevista até 2026.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme seguem:

MB – Múltiplo

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Dez / 2021	Dez / 2020
2021	-	-	-	-	-	162.519
2022	115.478	92.018	281	92.299	207.777	111.061
2023	53.009	42.037	357	42.394	95.403	56.513
2024	32.053	25.265	4.112	29.377	61.430	25.832
2025	11.558	8.862	-	8.862	20.420	179.613
2026	8.897	6.727	-	6.727	15.624	140
2027 a 2029	104.193	86.034	-	86.034	190.227	-
2030 a 2031	-	2.115	-	2.115	2.115	-
Total	325.188	263.058	4.750	267.808	592.996	535.678
Valor Presente	258.354	211.516			469.870	509.135

MB – Consolidado

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Dez / 2021	Dez / 2020
2021	-	-	-	-	-	167.976
2022	117.548	93.235	543	93.778	211.326	113.524
2023	55.564	43.537	517	44.054	99.618	58.120
2024	33.054	25.817	4.113	29.930	62.984	27.178
2025	12.513	9.383	-	9.383	21.896	187.488
2026	13.933	10.142	141	10.283	24.216	1.091
2027 a 2029	104.194	88.531	-	88.531	192.725	-
Total	336.806	270.645	5.314	275.959	612.765	555.377
Valor Presente	267.440	217.832			485.272	

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2021 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

O Banco é titular de créditos tributários a realizar sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado. A não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário. O montante dos créditos tributários reconhecidos montam em R\$ 44.657 (R\$ 45.024 no Consolidado) (Vide nota nº 10.2).

10. OUTROS ATIVOS**10.1. Devedores por depósitos em garantia**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Depósitos recursais trabalhistas	18.016	20.211	19.272	22.232
Depósitos judiciais trabalhistas	45.690	37.683	45.882	37.870
Depósitos judiciais fiscais	58.740	58.411	91.532	95.631
Depósitos de ações cíveis	13.939	16.850	16.214	19.465
Total – Não circulante	136.385	133.155	172.900	175.198

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 15.b).

10.2. Impostos a compensar

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
COFINS – Lei nº 9.718/98 ^(I)	7.972	7.853	7.972	7.853
IRPJ - repetição indébito ^(II)	13.533	-	20.088	-
CSLL - repetição indébito ^(II)	7.771	-	11.326	-
Contribuição social	421	417	906	948
Imposto de renda pessoa jurídica ^(III)	-	-	3.730	4.130
Impostos e contribuições retidos na fonte	762	969	1.561	1.176
Antecipação IRPJ/CSLL	34.461	-	35.245	502
INSS	3.640	-	3.653	-
Outros	204	-	261	57
Total	68.764	9.239	84.742	14.666
Circulante	35.223	767	38.753	3.967
Não circulante	33.541	8.472	45.989	10.699

^(I) O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 192.094, MB consolidado R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 14.726, MB consolidado R\$ 15.950, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Muito embora exista trânsito em julgado nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09. Não obstante a classificação de risco remoto de referidos processos, o Banco considerou adequado contratar seguro garantia – fiança para o caso de eventual necessidade de garantir o juízo em face de ação judicial (vide nota nº 10.7.(I)).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado.

Em setembro de 2021, a não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito. O ativo advindo desta discussão foi reconhecido contabilmente, nos termos do ICPC 22 e Circular IBRACON 09/2021.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

Créditos a recuperar “*sub judice*”

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 20.607 (R\$ 20.281 em dezembro de 2020).

10.3. Títulos e créditos a receber – Sem característica de concessão de crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Créditos a receber ⁽ⁱ⁾	-	86.441	4.881	96.052
Precatórios	10.964	5.357	18.970	13.362
Direitos creditórios	35.157	35.062	35.157	35.062
Títulos de capitalização	5.085	7.384	5.485	9.185
Outros	68	16	107	26
Total	51.274	134.260	64.600	153.687
Circulante	10.464	93.841	13.042	101.382
Não circulante	40.810	40.419	51.558	52.305

⁽ⁱ⁾ Em 2020, referem-se, basicamente, a valores a liquidar por instituição cessionária, após a transferência do domicílio bancário das operações cedidas, referentes às cessões de créditos, sem retenção de riscos, ocorridas no período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.4. Rendas a receber

No individual, refere-se, basicamente, aos Dividendos a Receber decorrente da participação em Coligadas no montante de R\$ 20.188 (R\$ 11.979 em dezembro de 2020).

Em 2020, refere-se, basicamente, ao crédito a receber referente à cláusula de ajuste de preço de venda, contida no contrato de alienação de participação societária na Cia de Seguros Minas Brasil celebrado, em 2008, entre o Banco e a Zurich Participações e Representações Ltda. Em abril de 2021 procedeu-se a baixa de referido crédito no montante de R\$ 7.000.

10.5. Devedores diversos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Empréstimos consignados a processar	1.245	3.638	1.347	3.638
Cartão de Crédito ⁽¹⁾	38.954	33.681	38.954	33.681
Outros	4.609	5.667	4.933	5.914
Total - Circulante	44.808	42.986	45.234	43.233

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, às parcelas de Cartão de Crédito e Cartão de Crédito Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS, no individual e consolidado.

10.6. Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Bens não de Uso próprio	32.409	104.233	32.409	104.239
Imóveis - dação em pagamento	60.552	180.398	60.554	180.398
Veículos e afins	-	36	-	42
Outros bens não de uso	-	-	-	3
(-) Provisão para desvalorizações	(28.143)	(76.201)	(28.145)	(76.204)
Material em estoque	5.097	1.204	5.097	1.204
Total – Circulante	37.506	105.437	37.506	105.443

10.7. Despesas antecipadas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Custo seguro garantia – fiança ⁽¹⁾	35.653	53.038	38.905	58.536
Demais despesas antecipadas ⁽¹¹⁾	8.965	12.315	9.212	12.383
Total	44.618	65.353	48.117	70.919
Circulante	24.372	31.057	26.297	33.545
Não circulante	20.246	34.296	21.820	37.374

⁽¹⁾ Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽¹¹⁾ Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**
11. INVESTIMENTOS

a) Participações em sociedades controladas

Descrição	Dez / 2021								
	MBIA	MBF	BMI	MBC	MBD	BEM AQUI	MBMEI	DOMO	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Capital social	28.937	126.070	82.028	24.938	4.250	48.338	43.000	5.000	362.561
Patrimônio líquido	30.579	257.801	128.621	21.511	4.354	155.545	73.468	2.955	674.834
Total de ações	34.044	15.480	4.417	166.902	25	14.648	43.000	4.250	-
Ações ON	34.044	9.673	4.032	141.341	25	14.648	43.000	4.250	-
Ações PN	-	5.807	385	25.561	-	-	-	-	-
Participação %	100,00	85,95	91,53	99,99	100,00	100,00	100,00	85,00	-
Lucro / (Prejuízo) societário do exercício	(720)	13.211	3.376	(504)	148	70.443	1.734	(2.045)	85.643
Integralização de Capital em Controlada	-	-	-	-	-	-	-	4.250	4.250
(-) Dividendos / JCP distribuídos	-	(3.751)	(994)	-	(25)	(17.138)	(421)	-	(22.329)
Ajuste de variação patrimonial	-	4	1.015	10	-	-	-	-	1.029
Resultado de participações em controladas	(720)	10.990	2.720	(504)	148	70.443	1.734	(1.738)	83.073
Valor dos investimentos	30.579	221.080	117.727	21.509	4.328	138.407	73.048	2.512	609.190

Descrição	Dez / 2020							
	MBIA	MBF	BMI	MBC	MBD	BEM AQUI	MBMEI	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Capital social	28.937	126.070	82.028	24.938	4.250	30.793	43.000	340.016
Patrimônio líquido	31.299	247.665	125.130	22.008	4.205	94.183	71.734	596.224
Total de ações	34.044	15.480	4.417	166.902	25	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	9.673	4.032	141.341	25	14.648	43.000	-
Ações PN	-	5.807	385	25.561	-	-	-	-
Participação %	100,00	85,95	91,53	99,99	100,00	100,00	100,00	-
Lucro / (Prejuízo) societário do exercício	(895)	8.755	2.454	(905)	(85)	35.874	(2.949)	42.249
Ajuste de variação patrimonial	(1)	(3)	545	(11)	-	-	1	531
Resultado de participações em controladas	(895)	6.726	1.504	(905)	(85)	35.874	(2.949)	39.270
(-) Dividendos distribuídos ao Banco	-	(2.869)	(539)	-	-	(9.082)	-	(12.490)
Valor dos investimentos	31.299	212.868	114.532	22.003	4.205	85.102	71.735	541.744
(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	(5) Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.							
(2) Mercantil do Brasil Financeira S.A.	(6) Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.							
(3) Banco Mercantil de Investimentos S.A.	(7) Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.							
(4) Mercantil do Brasil Corretora S.A.	(8) Domo Digital Tecnologia S.A.							

Em 2021 entrou em operação a empresa Domo Digital Tecnologia S.A que tem como objeto, principalmente, explorar a atividade dos serviços de Tecnologia da Informação através da criação, desenvolvimento e licenciamento de programas e sistemas informatizados próprios ou de terceiros, dentre outros serviços. O capital social da Sociedade é de R\$ 5.000 dividido em 5.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, das quais o Banco integralizou R\$ 4.250, correspondentes a 4.250.000 ações ordinárias nominativas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. do montante de R\$ 30.793 para R\$ 48.338, sem alteração na quantidade de ações, mediante incorporação de parte da “Reservas Estatutárias – Para Aumento de Capital”, no montante de R\$ 17.545.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, Fundo de investimento imobiliário de titularidade da controlada MBMEI, constituída em 2015, no montante de R\$ 47.352, sem alteração no exercício.

12. IMOBILIZADO

Movimentação dos bens do imobilizado, líquidos da depreciação:

MB – Múltiplo

Descrição	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Imobilizado em 31/12/2020	119.662	109.622	72.282	27.062	328.628
Adições	3.560	5.638	4.325	13.198	26.721
Entradas por transferências	35.123	-	660	-	35.783
(-) Saída por transferências	-	-	-	(35.783)	(35.783)
(-) Baixa	(607)	(6.223)	(642)	-	(7.472)
Subtotal	157.738	109.037	76.625	4.477	347.877
(-) Depreciação em 31/12/2020	(69.213)	(49.896)	(43.851)	(37)	(162.997)
(-) Depreciação no período	(22.826)	(12.065)	(5.890)	-	(40.781)
Baixa	548	5.908	602	-	7.058
(-) Subtotal	(91.491)	(56.053)	(49.139)	(37)	(196.720)
Saldo Líquido em 31/12/2021	66.247	52.984	27.486	4.440	151.157

MB – Consolidado

Descrição	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2020	120.280	118.645	73.704	28.100	340.729
Adições	3.828	15.674	5.773	13.274	38.549
Entradas por transferências	35.123	-	660	-	35.783
(-) Saída por transferências	-	-	-	(35.783)	(35.783)
(-) Baixa	(903)	(6.482)	(1.087)	(178)	(8.650)
Subtotal	158.328	127.837	79.050	5.413	370.628
(-) Depreciação em 31/12/2020	(69.623)	(50.537)	(44.332)	(84)	(164.576)
(-) Depreciação no período	(22.894)	(13.177)	(6.016)	(34)	(42.121)
Baixa	844	5.908	1.014	75	7.841
(-) Subtotal	(91.673)	(57.806)	(49.334)	(43)	(198.856)
Saldo Líquido em 31/12/2021	66.655	70.031	29.716	5.370	171.772

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 108 (R\$ 117 em dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. INTANGÍVEL

Movimentação dos itens do intangível, líquido da amortização:

MB – Múltiplo

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2020	150.279	14.817	-	5.963	171.059
Adições	24.990	1.563	7	11.685	38.245
Baixas	(8.779)	-	-	(4.396)	(13.175)
Subtotal	166.490	16.380	7	13.252	196.129
(-) Amortização em 31/12/2020	(89.757)	(7.523)	-	(4.546)	(101.826)
(-) Amortização no período	(16.326)	(2.987)	-	(2.413)	(21.726)
Baixas	4.747	-	-	4.396	9.143
(-) Subtotal	(101.336)	(10.510)	-	(2.563)	(114.409)
Saldo Líquido em 31/12/2021	65.154	5.870	7	10.689	81.720

MB – Consolidado

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2020	150.326	14.817	-	6.265	171.408
Adições	24.990	1.563	7	11.685	38.245
Baixas	(8.826)	-	-	(4.698)	(13.524)
Subtotal	166.490	16.380	7	13.252	196.129
(-) Amortização em 31/12/2020	(89.787)	(7.523)	-	(4.836)	(102.146)
(-) Amortização no período	(16.339)	(2.987)	-	(2.415)	(21.741)
Baixas	4.790	-	-	4.688	9.478
(-) Subtotal	(101.336)	(10.510)	-	(2.563)	(114.409)
Saldo Líquido em 31/12/2021	65.154	5.870	7	10.689	81.720

14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**14.1. Depósitos****MB – Múltiplo**

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Dez / 2021	Dez / 2020
Indeterminado	484.431	226.084	-	645	711.160	680.834
Até 30 dias	-	-	51.888	188.718	240.606	100.036
De 31 a 60 dias	-	-	-	150.243	150.243	128.062
De 61 a 90 dias	-	-	-	252.196	252.196	118.556
De 91 a 180 dias	-	-	10.456	774.998	785.454	440.638
De 181 a 360 dias	-	-	84.634	1.261.931	1.346.565	658.838
Acima de 360 dias	-	-	98.526	5.793.125	5.891.651	5.960.085
Total	484.431	226.084	245.504	8.421.856	9.377.875	8.087.049
Circulante	484.431	226.084	146.978	2.628.731	3.486.224	2.126.964
Não circulante	-	-	98.526	5.793.125	5.891.651	5.960.085

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

MB – Consolidado

Descrição	Depósitos					Total	
	A Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Outros	Dez / 2021	Dez / 2020
Indeterminado	480.750	226.084	-	644	3.176	710.654	677.279
Até 30 dias	-	-	51.888	188.718	-	240.606	100.036
De 31 a 60 dias	-	-	-	149.316	-	149.316	142.092
De 61 a 90 dias	-	-	-	251.633	-	251.633	142.101
De 91 a 180 dias	-	-	-	791.559	-	791.559	444.024
De 181 a 360 dias	-	-	84.634	1.238.582	-	1.323.216	653.102
Acima de 360 dias	-	-	98.526	5.665.504	-	5.764.030	5.876.369
Total	480.750	226.084	235.048	8.285.956	3.176	9.231.014	8.035.003
Circulante	480.750	226.084	136.522	2.620.452	3.176	3.466.984	2.158.634
Não circulante	-	-	98.526	5.665.504	-	5.764.030	5.876.369

14.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

MB – Múltiplo

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras Financeiras	Total	
			Dez / 2021	Dez / 2020
Até 30 dias	1.001	-	1.001	-
De 31 a 60 dias	519	-	519	-
De 61 a 90 dias	31.181	182	31.363	23.137
De 91 a 180 dias	12.965	1.445	14.410	44.838
De 181 a 360 dias	20.907	1.804	22.711	861
Acima de 360 dias	-	-	-	3.260
Total	66.573	3.431	70.004	72.096
Circulante	66.573	3.431	70.004	68.836
Não circulante	-	-	-	3.260

MB – Consolidado

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letra de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Dez / 2021	Dez / 2020
Até 30 dias	1.001	-	-	1.001	5.227
De 31 a 60 dias	519	642	-	1.161	11.172
De 61 a 90 dias	32.085	-	182	32.267	23.137
De 91 a 180 dias	21.342	12.102	1.445	34.889	44.838
De 181 a 360 dias	20.907	-	1.804	22.711	861
Acima de 360 dias	-	-	-	-	3.260
Total	75.854	12.744	3.431	92.029	88.495
Circulante	75.854	12.744	3.431	92.029	85.235
Não circulante	-	-	-	-	3.260

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Ano		Valor da operação	Dez / 2021	Dez / 2020
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II ^(I)	2016	2023	88.388	91.027	89.583
	2017	2024	115.612	123.997	121.199
	2017	2025	600	622	607
	2018	2025	68.373	75.208	72.753
	2019	2026	57.075	59.835	59.404
	2020	2027	27.045	28.208	27.326
Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar ^(II)	2018	Perpétua	4.300	4.322	4.304
	2019	Perpétua	25.650	26.306	26.644
	2020	Perpétua	15.000	16.303	15.436
Total Geral				435.283	417.256
Circulante				8.484	3.599
Não Circulante				426.799	413.657

^(I) Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

^(II) Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, monta em R\$ 388.352 (R\$ 370.571 em dezembro de 2020) dos quais R\$ 195.333 (R\$ 251.498 em dezembro de 2020) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

15. PROVISÕES

a) Provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Provisões para riscos fiscais	56.601	62.952	88.611	98.258
Provisões para processos trabalhistas	124.319	142.760	124.786	144.083
Provisões para processos cíveis	57.118	36.246	66.731	43.496
Outras	211	213	211	213
Total – Não circulante	238.249	242.171	280.339	286.050

As provisões trabalhistas são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos e as provisões cíveis são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
COFINS ^(I)	9.215	9.072	25.058	24.372
CSL ^(II)	-	-	12.699	14.227
INSS ^(III)	27.387	26.864	28.914	30.717
PIS ^(IV)	7.521	7.455	9.221	9.139
ISS ^(V)	12.327	19.415	12.327	19.415
Outros	151	146	392	388
Total – Não circulante	56.601	62.952	88.611	98.258

^(I) Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

^(III) Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros (vide nota nº 15.b).

^(IV) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(V) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2020	62.952	142.760	36.246	98.258	144.083	43.496
Constituição / (Realização)	(8.857)	31.022	55.979	(10.305)	30.752	64.237
Atualização Monetária	1.801	12.479	3.911	2.041	12.521	4.546
Liquidações	-	(61.942)	(39.018)	(2.387)	(62.570)	(45.548)
Atualização de Depósitos	705	-	-	1.004	-	-
Saldos em 31/12/2021	56.601	124.319	57.118	88.611	124.786	66.731
Depósitos judiciais (vide nota nº 10.1.)	58.740	63.706	13.939	91.532	65.154	16.214

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 12.618 (R\$ 12.566 em dezembro de 2020), no individual e consolidado. As ações tributárias totalizaram R\$ 5.692 (R\$ 6.373 em dezembro de 2020), MB Consolidado R\$ 7.766 (R\$ 11.460 em dezembro de 2020).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. OUTROS PASSIVOS

16.1. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Refere-se a tributos federais, estaduais e municipais.

16.2. Sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar dos empregados e administradores e aos juros sobre capital próprio a pagar de 2020 e 2021.

16.3. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

16.4. Credores diversos – País

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	64.200	52.735	64.200	52.735
Provisão para despesas administrativas	104.392	75.709	106.075	78.249
Comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de crédito	16.266	8.542	17.064	9.481
Outros	54.711	47.060	55.067	47.563
Total – Circulante	239.569	184.046	242.406	188.028

⁽¹⁾ Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital Social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Ações	MB – Múltiplo			
	Dez / 2021		Dez / 2020	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	65.155.744	306.232	32.577.872	306.232
Preferenciais	39.675.836	186.476	19.837.918	186.476
Total do capital subscrito e integralizado	104.831.580	492.708	52.415.790	492.708
Aumento de capital realizado	-	104.832	-	-
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(510.800)	(5.614)	-	-
Total do capital em circulação	104.320.780	591.926	52.415.790	492.708
Valor nominal em reais	5,70		9,40	

Considerando a alteração estatutária aprovada em AGE de 21 de outubro de 2020, o Capital Social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

a) Grupamento e Desdobramento de Ações

Adicionalmente, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 13 de outubro de 2021, proposta de grupamento e desdobramento simultâneas das ações de emissão do Banco, sem alteração do valor do

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

capital social atual, aplicados para todas as ações, abrangendo tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, nas proporções de 100:1 e 1:200, respectivamente, não havendo, desta forma qualquer tipo de diluição nas respectivas posições acionárias. Referida proposta de grupamento e desdobramento de ações foi homologada pelo BACEN.

b) Aumento de Capital

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital social dentro do limite de capital autorizado, mediante a capitalização de parcela dos valores disponíveis na reserva de lucros estatutária para aumento de capital, no valor de R\$ 104.832, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2022, em conformidade com as normas que regem o assunto. Informações adicionais estão disponíveis no site da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

c) Programa de Recompra de Ações

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 09 de novembro de 2021, aprovou um programa de recompra de ações preferenciais de emissão do Mercantil do Brasil, que vigorou no período entre 10 de dezembro e 31 de dezembro de 2021. Durante o Programa de Recompra, o Banco adquiriu 510.800 ações preferenciais pelo montante de R\$ 5.614 e serão mantidas em tesouraria.

17.2. Reservas de capital e de lucros

As Reservas de capital e de lucros, no individual e consolidado, são como segue:

Descrição	Dez / 2021	Dez / 2020
Reserva de capital ⁽ⁱ⁾	43.375	43.375
Reservas de lucros	478.082	463.107
Reserva legal ⁽ⁱⁱ⁾	87.688	78.463
Reservas estatutárias ⁽ⁱⁱⁱ⁾	390.394	384.644

⁽ⁱ⁾ São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

⁽ⁱⁱ⁾ Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinada até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

Em 2021, em decorrência da pandemia do Coronavírus, a distribuição dos dividendos foi alterada pela Resolução CMN nº 4.820/20, que estabeleceu, dentre outras restrições, vedação transitória à remuneração do capital próprio acima do montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, estabelecido pelo artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

No exercício de 2021, foram declarados dividendos aos acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio, totalizando R\$ 47.417, equivalentes a R\$ 40.304 líquidos do imposto de renda. No primeiro semestre, foram declarados R\$ 22.029 (R\$18.725 líquidos do imposto de renda), equivalentes a R\$ 0,172103 por ação ordinária e R\$ 0,191783 por ação preferencial, também líquidos do imposto de renda; e no segundo semestre R\$ 25.388 (R\$ 21.580 líquidos do imposto de renda), equivalentes a R\$ 0,199373 por ação ordinária e R\$ 0,219310 por ação preferencial, líquidos do imposto de renda. O benefício fiscal gerado foi de R\$ 22.607 (R\$ 18.999 em dezembro de 2020). Adicionalmente, no segundo semestre, foram declarados dividendos no valor de R\$ 3.514, cabendo às ações ordinárias R\$ 0,032462, e às ações preferenciais R\$ 0,035728. Em 2021, foi aprovada em AGE e homologada pelo Bacen, proposta de grupamento e desdobramento simultâneas das ações de emissão do Banco, sem alteração do valor do capital social atual (vide nota explicativa 17.1. a)).

A destinação do lucro líquido é como segue:

Descrição	MB – Múltiplo	
	Dez / 2021	Dez / 2020
Lucro líquido dos exercícios	184.487	151.048
Realização de reservas de reavaliação	9	9
Ajuste de avaliação patrimonial	(13.758)	(11.688)
Total a ser destinado	170.738	139.369
Reserva legal	9.225	7.552
Reservas estatutárias	110.582	89.597
Para aumento de capital	99.524	80.637
Para dividendos futuros	11.058	8.960
Dividendos	3.514	-
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	47.417	42.220
Valor líquido	40.304	35.887
Imposto de renda na fonte	7.113	6.333

De acordo com o estatuto social, o pagamento de dividendo obrigatório deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado pelas reservas de reavaliação e reserva legal. No exercício de 2021 a base de cálculo monta em R\$ 175.271 (R\$ 143.505 em dezembro de 2020).

17.3. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Dez / 2021	Dez / 2020
Número médio e final de ações	65.155.744	39.165.036	104.320.780	52.415.790
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.165.036	104.320.780	52.415.790
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	115.225	69.262	184.487	151.048
Lucro básico por ação	1,7685	1,7685	1,7685	2,8817

No exercício, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

18. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco, a partir de janeiro de 2019. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0%, a partir de janeiro de 2015; e de Capital Principal de 4,5%, desde outubro de 2013. Ficou estabelecido, ainda, a exigência de um adicional de capital principal de 1,25%, no período de abril de 2020 até março de 2021 e 2,00%, a partir de setembro de 2021, nos termos da Resolução CMN nº 4.783/20 (2,50% de 2019 até março de 2020).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Dez / 2021	Dez / 2020
a) Patrimônio de Referência - PR (a = b + c)	1.064.835	1.034.558
b) Patrimônio de Referência Nível I	868.274	781.972
b.1) Capital Principal – CP	820.423	734.772
b.2) Capital Complementar - CC	47.851	47.200
- LFs Subordinadas	46.930	46.384
- Ajuste Participações de não controladores Nível I	921	816
c) Patrimônio de Referência Nível II	196.561	252.586
c.1) LFs Subordinadas	195.333	251.498
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.228	1.088
d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)	7.698.797	6.232.703
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	6.621.652	5.290.346
d.2) RWA Para Risco de Mercado - RWA_{mpad}	3.017	2.721
d.3) RWA Para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	1.074.128	939.636
e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (e = d x 8,0%)	615.904	498.616
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido (f = a - e)	448.931	535.942
g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA (g = d x 6,0%)	461.928	373.962
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido (h = b - g)	406.346	408.010
i) Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA (i = d x 4,5%)	346.446	280.472
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido (j = b.1 - i)	473.977	454.300
k) Valor Correspondente ao R_{ban}	125.024	112.732
l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para R_{ban} (l = e + k)	740.928	611.348
m) Margem sobre o PR Considerando a R_{ban} (m = a - l)	323.907	423.210
n) Valor requerido de adicional de capital principal (n = d x 1,25% em Dezembro de 2020 e 2,00% em dezembro de 2021)	153.976	77.909
o) Índice de Basileia (o = a/d x 100)	13,83	16,60
p) Capital de Nível I (p = b/d x 100)	11,28	12,55
q) Capital Principal (q = b.1/d x 100)	10,66	11,79

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 31,44% (28,20% em dezembro de 2020).

18.1. RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**19.1. Transações entre partes relacionadas**

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Dezembro de 2021			
BMB	Controladas^(I)	Pessoal Chave^(II)	Total
Ativos	20.701	-	20.701
Outros Ativos	20.701	-	20.701
Outros Créditos	663	-	663
Dividendos/Juros a Receber	20.038	-	20.038
(Passivos)	(342.792)	(112.188)	(454.980)
Depósitos	(316.468)	(82.767)	(399.235)
Depósitos de poupança	-	(914)	(914)
Depósitos à Vista	(3.681)	(3.022)	(6.703)
Depósitos a prazo	(177.344)	(78.831)	(256.175)
Depósitos interfinanceiros	(135.443)	-	(135.443)
Captações no mercado aberto	(25.742)	-	(25.742)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(25.671)	(25.671)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(3.750)	(3.750)
Outros Passivos	(582)	(14.314)	(14.896)
JCP / Dividendos a pagar	-	(14.314)	(14.314)
Outras Obrigações	(582)	-	(582)
Receitas / (Despesas)	(2.295)	5.193	2.898
Despesas da Intermediação Financeira	(7.420)	5.193	(2.227)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	5.125	-	5.125
Receitas de Prestação de Serviços	5.796	-	5.796
Outras Despesas Administrativas	(671)	-	(671)

^(I) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores, pessoal chave da administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dezembro de 2020			
BMB	Controladas^(I)	Pessoal Chave^(II)	Total
Ativos	12.843	-	12.843
Outros Ativos	12.843	-	12.843
Outros Créditos	353	-	353
Dividendos/Juros a Receber	12.490	-	12.490
(Passivos)	(194.109)	(93.030)	(287.139)
Depósitos	(119.772)	(58.273)	(178.045)
Depósitos de poupança	-	(350)	(350)
Depósitos à Vista	(3.555)	(3.138)	(6.693)
Depósitos a prazo	(116.217)	(54.785)	(171.002)
Captações no mercado aberto	(73.366)	-	(73.366)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(15.861)	(15.861)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(4.507)	(4.507)
Outros Passivos	(971)	(14.389)	(15.360)
JCP a pagar	-	(14.389)	(14.389)
Outras Obrigações	(971)	-	(971)
Receitas / (Despesas)	(466)	(304)	(770)
Despesas da Intermediação Financeira	(4.828)	(260)	(5.088)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	4.362	(44)	4.318
Receitas de Prestação de Serviços	5.060	-	5.060
Outras Despesas Administrativas	(698)	(44)	(742)

^(I) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores, pessoal chave da administração.

19.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 20/04/2021, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 26.850.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (vide nota nº 22.2.). A remuneração variável refere-se à participação nos lucros aos administradores e corresponde a R\$ 1.748 (R\$ 0 em dezembro de 2020) e no consolidado no valor de R\$ 5.212 (R\$ 2.290 em dezembro de 2020).

Até 31 de dezembro de 2021, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 31 de dezembro de 2021, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

19.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2021, o grupo patrocinador mantinha 19 (19 em dezembro de 2020) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 509 (532 em dezembro de 2020) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no exercício corresponderam a R\$ 1.691 (R\$ 1.680 em dezembro de 2020); MB Consolidado R\$ 1.696 (R\$ 1.685 em dezembro de 2020).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se:

- I. Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 15,53%
 - Taxa real de desconto: 4,98%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 10,05%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 10,05%
- II. Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 15,53%
 - Taxa real de desconto: 4,98%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 10,05%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 10,05%
 - Tábua de mortalidade geral: AT-2000 Suavizada em 10%

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de dezembro de 2021, elaborado com base nas demonstrações financeiras até novembro de 2021, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A., Patrocinador-Líder. Em 29 de dezembro de 2021, o Banco quitou saldo remanescente de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629, em conformidade com as normas em vigor que regem o assunto.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido.

Descrição	Dez / 2021	Dez / 2020
Obrigação de benefício definido	(43.139)	(48.250)
Valor justo do ativo do plano	44.794	26.179
Superávit / Déficit Líquido	1.655	(22.071)

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.877/2000, cujo saldo do ativo atuarial monta em R\$ 3.020 (R\$ 12.139 em 31 de dezembro de 2020 – passivo atuarial) líquidos dos efeitos tributários, já considerada a quitação, em 29 de dezembro de 2021, de saldo de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629.

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano	
Saldo em 31/12/2020	26.179
Juros sobre o valor justo do ativo	4.065
Benefício pago pelo plano	(3.886)
Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano	18.436
Saldo em 31/12/2021	44.794

Reconciliação da obrigação de benefício definido	
Saldo em 31/12/2020	(48.250)
Custo dos juros	(7.493)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	3.886
Redimensionamento da obrigação	8.718
Efeito da alteração de premissas financeiras	12.112
Efeito da experiência do plano	(3.394)
Saldo em 31/12/2021	(43.139)

Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa:

Taxa real de desconto	
1. Taxa real de desconto -1,0%	45.941
Premissa da análise	3,979%
2. Taxa real de desconto +1,0%	40.281
Premissa da análise	5,979%
Tábua Geral de Mortalidade	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 15,0%	45.717
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25,62
2. Tábua de mortalidade agravada em 15,0%	40.564
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano – poderá haver um déficit atuarial, caso haja um descasamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

21. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**21.1. Rendas de operações de crédito**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Rendas de empréstimos e títulos descontados	2.097.752	1.717.206	2.147.967	1.769.682
Rendas de financiamentos	3.389	15.487	4.253	17.230
Rendas de financiamentos rurais	14.354	22.286	14.354	22.286
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	132.433	102.210	134.641	104.604
Total	2.247.928	1.857.189	2.301.215	1.913.802

⁽¹⁾ No terceiro trimestre de 2021, a receita de cessão de créditos não performados, monta em R\$ 36.166 (R\$ 36.176 no Consolidado).

21.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Depósitos	329.281	168.450	325.335	169.427
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	26.016	17.215	26.831	17.482
Operações compromissadas	6.668	7.238	4.313	5.210
Dívidas subordinadas ⁽¹⁾	-	220.331	-	220.331
Outras	12.896	9.834	13.031	10.054
Total	374.861	423.068	369.510	422.504

⁽¹⁾ As variações da receita/despesa de dívida subordinada decorrem, basicamente, da liquidação da Dívida Subordinada, vencida em julho de 2020.

22. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS**22.1. Receitas de prestação de serviços**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Administração de fundos de investimentos	-	-	2.258	2.034
Cartão de crédito	22.936	12.676	22.936	12.676
Cobrança	5.279	5.024	5.279	5.024
Custódia	7	10	316	298
Garantias prestadas	1.279	1.826	1.279	1.828
Outros serviços	486	4.986	977	5.381
Rendas de serviços prestados a ligadas	5.769	5.060	-	-
Comissão de seguro	-	-	108.631	60.059
Serviços de arrecadação	18.080	4.840	18.080	4.840
Serviços prestados	614	316	5.646	4.382
Tarifas bancárias – conta corrente	187.116	221.807	187.192	221.877
Total	241.566	256.545	352.594	318.399

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2. Despesas de pessoal

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	20.257	19.955	34.817	32.482
Proventos de funcionários	232.659	207.276	239.361	212.405
Benefícios	83.735	79.842	86.434	81.360
Encargos sociais	89.959	80.855	96.432	86.011
Indenizações	62.006	52.982	62.652	55.200
Contingências / indenizações (vide nota nº 15.b)	(18.440)	(7.071)	(19.256)	(8.604)
Total	470.176	433.839	500.440	458.854

22.3. Outras despesas administrativas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Água, energia e gás	12.620	11.467	13.262	11.557
Aluguéis	83.613	72.114	85.780	72.572
Amortização e depreciação	62.507	53.093	63.862	53.445
Arrendamento de bens	-	1.392	-	1.392
Comunicações	13.014	12.681	13.539	12.824
Materiais, manutenção e conservação de bens	34.456	30.049	35.113	30.222
Processamento de dados	86.421	73.935	89.661	76.905
Propaganda, publicidade e publicações	12.305	10.023	14.111	11.322
Serviços de terceiros	227.424	198.653	229.024	202.021
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	188.815	102.561	192.599	107.483
Serviços do sistema financeiro	11.484	9.320	11.200	9.541
Transportes	33.460	38.732	33.643	38.876
Outras	65.424	51.712	69.656	55.693
Total	831.543	665.732	851.450	683.853

22.4. Despesas tributárias

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
ISSQN	16.244	12.717	19.310	14.494
COFINS	96.093	77.987	102.362	82.862
PIS	15.615	12.673	16.820	13.647
Outros tributos	6.753	6.370	10.006	6.803
Total	134.705	109.747	148.498	117.806

22.5. Outras receitas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Variações monetárias ativas ⁽ⁱ⁾	16.968	3.358	22.401	4.071
Recuperação de encargos e despesas ⁽ⁱⁱ⁾	25.097	9.907	26.100	10.725
Reversão de provisões ⁽ⁱⁱⁱ⁾	13.799	26.660	16.999	27.952
Outras receitas	24.672	5.689	26.438	9.490
Total	80.536	45.614	91.938	52.238

⁽ⁱ⁾ Em 2021 o Banco reconheceu R\$ 11.904 (R\$ 12.175 no Consolidado) relativamente ao Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema nº 962 das repercussões gerais), do STF que julgou inconstitucional

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

(ii) Refere-se ao estorno de valores pagos relativamente a adiantamento de comissão sobre operações de crédito consignado pagas a correspondentes decorrentes de contratos cancelados que em 2021 montaram em R\$ 11.443.

(iii) Refere-se a Reversões de provisões referente a processos cíveis e fiscais. No primeiro semestre de 2020, refere-se, também, a reversão de provisão excedente, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, relativa ao processo judicial que questionou a constitucionalidade da aplicação do FAP - Fator Acidentário de Prevenção, tendo em vista a liquidação integral dos valores devidos, considerando os fatores recalculados por estabelecimentos, para o período de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2015, disponibilizados pela própria Previdência Social.

22.6. Outras despesas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais ⁽ⁱ⁾	65.550	9.103	68.891	11.369
Descontos concedidos ⁽ⁱⁱ⁾	63.055	43.257	64.706	44.829
Variações monetárias passivas	1.869	2.074	2.107	2.272
Despesas de caráter eventual ⁽ⁱⁱⁱ⁾	74.808	44.822	81.919	50.899
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ^(iv)	398.631	247.755	398.631	247.755
Outras despesas	52.291	38.776	53.049	44.841
Total	656.204	385.787	669.303	401.965

(i) Em 2021 refere-se, basicamente, a provisão realizada decorrente de operações de câmbio no montante de R\$ 40.771 (vide nota nº 7.2.).

(ii) Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

(iii) Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

(iv) Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

23. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Resultado na alienação de valores e bens ⁽ⁱ⁾	8.895	(48.607)	8.898	(48.600)
Reversão / (Provisão) de outros valores e bens	(15.705)	34.035	(15.705)	34.035
Outras	10.233	(1.466)	10.298	(1.466)
Total	3.423	(16.038)	3.491	(16.031)

(i) Refere-se aos bens recebidos em dação em pagamento.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	148.595	210.164	167.364	229.180
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	-	-	(89.632)	(41.518)
(-) Participações dos administradores e empregados	(29.908)	(22.584)	(34.287)	(25.438)
Base de cálculo	118.687	187.580	43.445	162.224
Alíquota nominal	45%	45%	45%	45%
Despesa nominal	(53.409)	(84.411)	(19.550)	(73.001)
Ajustes à despesa nominal referentes:	118.458	47.879	87.233	30.604
Efeito da dedução de juros sobre o capital próprio	21.338	18.999	23.171	20.994
Resultado de participações em coligadas e controladas	37.383	17.672	-	-
Despesas indedutíveis	(8.234)	(4.343)	(8.473)	(4.253)
Outras (adições) / exclusões permanentes	12.961	(1.463)	12.058	(3.190)
Ajuste de investimento no exterior	-	12.298	-	12.298
Outras diferenças temporárias	-	-	24	-
Ajustes de crédito tributário - Decisão STF	44.657	-	45.024	-
Repetição indébito - Decisão STF	10.727	-	15.945	-
Efeito tributário CSL – MP 1.034/2021 (vide notas nº 2.3.d e 9.c)	(374)	-	(567)	-
Efeito tributário da CSL – EC 103/2019	-	4.716	-	4.718
(-) Compensações da Base negativa e Prejuízo Fiscal	-	-	51	37
Deduções dos incentivos fiscais ⁽¹⁾	752	-	762	75
Impostos calculados sobre o lucro presumido	-	-	(14.159)	(8.065)
Receita / (Despesa) com IRPJ e CSL	65.801	(36.532)	54.286	(50.387)

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$ 89.048 (R\$ 123.395 em dezembro de 2020).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 380.475 (R\$ 310.593 em dezembro de 2020).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo.
- e) Em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade foram emitidas várias normas, interpretações e orientações, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo órgão regulador. Até o momento, foram aprovados pelo CMN e BACEN, os seguintes pronunciamentos:
- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.144/12.
 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/08.
 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/20.
 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/20.
 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/11.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.
- CPC 41 – Resultado por Ação Resolução – Aprovado parcialmente pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – Resolução CMN nº 4.748/19.

Não há previsão de quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20, a partir de janeiro de 2022, todas as instituições, devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária. Até lá, permanece facultada a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em IFRS nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.447/10.

O Banco Mercantil do Brasil S.A. disponibilizará em 29 de março de 2022 suas demonstrações financeiras em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2021 no site (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI) e na CVM.

f) O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, buscando a convergência com as normas internacionais de contabilidade, procederam a edição de novas normas que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2021. A seguir as principais normas que terão impactos direta ou indiretamente nas Demonstrações Financeiras do Banco:

• **Resolução CMN nº 4.911/21** - A norma dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e remessa de documentos contábeis ao Banco Central do Brasil pelas instituições financeiras.

Em vigor a partir de 01/01/2022, requer a remessa ao Bacen dos seguintes documentos:

- **Individuais:** Balancete Patrimonial Analítico, com periodicidade mensal; e Balanço Patrimonial Analítico, com periodicidade semestral.
- **Consolidadas:** Balancete Patrimonial Analítico Conglomerado Prudencial, com periodicidade mensal; Balanço Patrimonial Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral; e Relatório do Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral.

• **Resolução CMN nº 4.924/21** - Em vigor a partir de 01/01/2022, a norma contempla a revisão das normas, sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras.

• **Resolução CMN nº 4.967/21** – A norma foi publicada em novembro de 2021, e determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

• **Resolução CMN nº 4.872/21** – Vigente a partir de 01/01/2022, a norma consolidou e atualizou os critérios gerais para registro contábil do PL ao alinhá-lo à norma internacional com a criação do subgrupo Outros Resultados abrangentes no lugar de Ajuste de avaliação patrimonial. Adicionalmente, a norma traz alterações que deverão ser observadas a partir de 2022, que alteram a forma de reconhecer o aumento de capital, bem como eventuais custos decorrentes do processo de emissão de ações e cotas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

• **Resolução CMN nº 4.966/21** – A norma foi publicada em novembro e trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco, já iniciou as avaliações e alterações necessárias para atender a implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados.

• **Resolução CMN nº 4.975/21** – A norma estabelece princípios aplicáveis a ambas as partes de um contrato de arrendamento, ou seja, arrendador e o arrendatário, de modo a fornecer informações relevantes acerca de contrato de arrendamento que represente fielmente essas operações. A norma também busca a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional. O Banco está avaliando a aplicação da norma e os possíveis impactos decorrentes de sua adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a sua data de entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025.

g) Os resultados não recorrentes, conforme trata a Resolução BCB nº 2/20, no individual e no Consolidado, são os seguintes:

Descrição	Dez / 2021	
	MB – Múltiplo	MB – Consolidado
Ajustes de crédito tributário - Repetição indébito Decisão STF (vide nota nº 9.)	44.657	45.024
Impostos a Recuperar - Repetição indébito Decisão STF (vide nota nº 10.2.)	10.727	15.945
Variação monetária ativa - Repetição indébito Decisão STF (vide nota nº 22.5)	11.904	12.175
Total	67.288	73.144

h) Os desafios da pandemia do coronavírus

Quanto à pandemia do coronavírus, as Autoridades Governamentais adotaram diversas ações no campo da saúde para enfrentamento da pandemia e nos campos social e econômico para minimizar os impactos decorrentes do necessário isolamento social. Para tanto, foram utilizados instrumentos de política monetária para garantir adequações na liquidez, crédito e capital, além dos necessários e prudentes ajustes fiscais.

O Mercantil do Brasil vem acompanhando a cada dia os impactos da pandemia do coronavírus em suas atividades empresariais, com providências tempestivas e convergentes ao cenário vivenciado a cada momento.

Nesse contexto, merecem destaque as principais providências adotadas para a regular continuidade operacional:

- Criação de comitê de crise composto por representantes de todos os níveis de governança da instituição, para acompanhamento da evolução dos efeitos do coronavírus e para deliberações tempestivas que possam garantir a manutenção segura das atividades e o adequado atendimento aos clientes.
- Adesão às orientações das autoridades sanitárias, promovendo o distanciamento social, que nos momentos mais críticos, alcançou cerca de 95% dos colaboradores não envolvidos em atividades essenciais presenciais, especialmente no atendimento aos clientes na rede de atendimento.
- Apoio aos colaboradores com fornecimento de itens de proteção individual e orientações para o trabalho presencial e com publicações diárias de boletins com orientações sobre cuidados com a saúde e riscos cibernéticos.
- Adoção de recursos tecnológicos disponíveis, viabilizando a continuidade do trabalho no sistema de *home office*, sem prejuízo às atividades normais.
- Implementação de amplo conjunto de medidas que têm assegurado a plena continuidade do atendimento aos clientes, em condições adequadas nos cerca de 294 pontos de atendimento, com rigorosa observância das recomendações das autoridades.

O MB mantém plena regularidade operacional, com o cumprimento fiel de suas rotinas de trabalho e observância dos prazos habituais de atividades, não utilizou e não vislumbra necessidade de recorrer às linhas de liquidez junto ao Banco Central do Brasil, regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A duração dessa pandemia continua indeterminada e o MB, que tem foco prioritário nos beneficiários do INSS, continuará atento para a mensuração de eventuais impactos econômico-financeiros e a consequente adoção de ações mitigadoras dos riscos, com avaliação dinâmica da carteira de crédito e demais itens patrimoniais.

26. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Gestão da Estratégia, Compliance e Riscos, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos financeiros, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se como a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil do Brasil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo e etc. Além disso, destaca-se a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande

agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*.

Além disso, o Mercantil do Brasil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil do Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira da instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco, priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se na metodologia padrão do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem de valor econômico adotada para mensuração e alocação de capital (parcela Rban) é o EVE (*Economic Value of Equity*), conforme a Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Gerencialmente, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, o NII (*Net Interest Income*), que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base, e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente à Alta Administração.

De modo complementar, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles e a estratégia de resposta ao risco residual, seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil. A partir da base de dados é possível identificar os motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os maiores motivos de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil do Brasil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil do Brasil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes que são divulgados internamente. Todo o processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade contemplando a segmentação por meio da classificação dos terceiros com base em risco, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAopad está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Mercantil do Brasil manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Mercantil do Brasil contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos de operações passivas. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil do Brasil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – *Presidente*
Maurício de Faria Araujo – *Vice-Presidente*
José Ribeiro Vianna Neto – *Secretário*
André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA

DIRETOR PRESIDENTE

Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS

Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Paulino Ramos Rodrigues
Rodrigo Alexander Pizzani Queiroz
Simone Maria Ferreira Filgueiras Dutra
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

DIRETORES

Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Ricardo Vieira Santiago

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Euler Luiz de Oliveira Penido
Luciano Luiz Barsi
Marcos Paixão de Araújo
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Sebastião Salvador Gamarano

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC - MG 077.029/O-7

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

De acordo com o estabelecido em seu Regimento, compete ao Comitê de Auditoria zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco, (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna e (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

ATIVIDADES DO COMITÊ

Durante o ano-calendário de 2021, foram realizadas 32 (trinta e duas) reuniões do Comitê de Auditoria com as seguintes áreas: Auditoria Interna, Auditores Externos, Controladoria, *Compliance* e PLD, Riscos Operacionais e Controles Internos, Riscos Financeiros, Ouvidoria, Jurídico, Executivos, além das reuniões do próprio Comitê.

Durante esses trabalhos, verificamos a manutenção de um adequado ambiente de controle e estrita observância das normas e regulamentos, como prática habitual da instituição. Destacamos a evolução dos processos, ferramentas e controles em relação à Lei 13.709/18 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados) e também em relação à Resolução 4.893 do BACEN (Política de Segurança Cibernética e Requisitos para Contratação de Serviços em Nuvem), por serem temas mais recentes e de extrema relevância.

O Banco adota postura conservadora na avaliação de riscos e dispõe de instrumentos apropriados para sua gestão e mitigação. A RAS – Declaração de Apetite a Riscos, instrumento de gestão que reflete o apetite a risco da instituição, mostra-se efetiva em seu objetivo de fornecer uma avaliação quantitativa do tema. Desta forma, considera, inclusive, a opinião de especialistas externos e outros profissionais cuja opinião técnica seja julgada relevante.

A visão de processos com foco nos riscos encontra-se disseminada e padronizada, contando com a participação das auditorias interna e independente, além das áreas de controle. Dentro da nossa dinâmica de análise, os riscos entendidos como prováveis, a partir dessas avaliações, foram refletidos nas demonstrações financeiras.

Nos últimos anos, o Banco tem apresentado melhora considerável em todo o processo de governança, como por exemplo, revisão na própria estrutura de governança e a criação das Comissões Temáticas no âmbito do Conselho de Administração, que se propõem a aproximar o Conselho de Administração das principais pautas executivas dos temas estratégicos, sobre os quais o Conselho necessita de conhecimento mais profundo para acompanhamento ou deliberação.

Analizamos e debatemos com os principais executivos do Banco, bem como com os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas e relatórios financeiros

publicados em conjunto com as referidas demonstrações. Foram igualmente discutidas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco, estando de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não temos conhecimento de eventos relativos às empresas controladas pelo Banco que possam afetar a integridade destas informações.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, após análise das demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, do relatório anual da administração e do parecer dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, correspondentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, **opinou**, por unanimidade, **que os referidos documentos refletem adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, **as posições patrimonial e financeira do Banco e de suas controladas**, e, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, **recomenda a sua aprovação** pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A..

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2022.

Glaydson Ferreira Cardoso
Coordenador e Membro Especialista do Comitê de Auditoria

Lauro Wilson da Silva
Membro do Comitê de Auditoria e Membro do Conselho de Administração

Sebastião Salvador Gamarano
Membro do Comitê de Auditoria

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Mercantil do Brasil S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as **demonstrações financeiras relativas ao 2º (segundo) semestre de 2021**, bem como a destinação do resultado, e o **Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros**, que tem como objetivo a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, em conformidade com as normas que regem o assunto, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2022.

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido
Marcos Paixão de Araújo
Afrânio Eustáquio Ribeiro
Yehuda Waisberg
Luciano Luiz Barsi

Banco Mercantil do Brasil S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

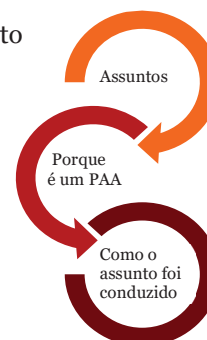
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. e do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) (Notas 2.3 e 7)

A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamentos por parte da administração do Banco.

A análise de risco de crédito da contraparte e mensuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é um processo que envolve utilização de várias premissas, cenários econômicos, avaliação da situação financeira da contraparte, dos níveis de inadimplência e garantias das carteiras, bem como, impacto da política de renegociação, dos valores estimados de recuperação e a aplicação das normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 2.682.

A administração também considerou os impactos da Resolução CMN nº 4.803, de abril de 2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas no período da pandemia da Covid-19.

O uso de técnicas e premissas incorretas ou a aplicação indevida da regulamentação vigentes poderia resultar em estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa significativamente diferente.

Considerando o exposto acima, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, executamos testes de auditoria focados na: (i) integridade da base de dados; (ii) premissas adotadas pela administração na mensuração do valor recuperável da carteira de crédito; (iii) identificação, aprovação, registro e monitoramento das operações, inclusive as renegociadas; (iv) processos estabelecidos pelo Banco para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil; e (v) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Realizamos, ainda, o entendimento dos procedimentos adotados pela administração na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa em atendimento a Resolução CMN nº 4.803 de abril de 2020.

Adicionalmente, em base amostral, testamos as premissas adotadas para análise de risco das contrapartes, existência de garantias e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão com base nos referidos níveis de riscos atribuídos pela administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas 2.3 e 9)

O Banco apresenta saldo contábil relevante relativo a créditos tributários decorrentes, substancialmente, de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram a obtenção do estudo de projeção de lucros tributários aprovado pelo Conselho de Administração.



Banco Mercantil do Brasil S.A.

Porque é um PAA

Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a administração elabora estudo de projeção de lucro tributário e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

O referido estudo envolve complexidade, aplicação de julgamentos e adoção de premissas subjetivas pela administração.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco com as divulgadas no mercado, quando aplicável. Adicionalmente, confrontamos os dados históricos com as referidas projeções e efetuamos análise de aderência frente a Resolução nº 3.059 do Conselho Monetário Nacional.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões e passivos contingentes (Notas 2.3 e 15)

O Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.

Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre a totalidade das bases de contingências e testes de aderência as respostas dos advogados externos.

Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista.

Com relação aos processos individualizados, substancialmente processos de natureza tributária, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas a cada uma das ações. Analisamos a probabilidade de perda dos processos judiciais e administrativos significativos de acordo com a natureza de cada processo.

Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios



Banco Mercantil do Brasil S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor das causas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Bens não de uso próprio (Nota 10.6)

O Banco possui registrado em seu ativo bens não destinados ao uso próprio, correspondentes a imóveis, veículos e máquinas e equipamentos, que foram retomados ou recebidos em dação de pagamento de operações de crédito inadimplentes.

Esses bens são ajustados ao seu valor recuperável, por meio de constituição de provisão que considera as características de cada classe de ativo.

Pela subjetividade e pelas diversas premissas utilizadas pela administração no processo de mensuração que podem afetar significativamente a apuração do valor recuperável desses bens, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento das premissas utilizadas pela administração para definição do valor recuperável dos bens, bem como realizamos análise da consistência dessas premissas com as adotadas em períodos anteriores.

Adicionalmente, realizamos, em base de testes, a revisão metodológica das premissas operacionais e financeiras utilizadas, bem como o recálculo desses montantes, de forma a avaliar a adequação dos valores apurados.

Consideramos que as premissas e metodologias adotadas pela administração são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia

O processamento das transações do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e testamos a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia, controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios.

Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e segurança de acessos a programas e banco de dados.



Banco Mercantil do Brasil S.A.

Porque é um PAA

Portanto, o ambiente de tecnologia da informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Banco Mercantil do Brasil S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Banco Mercantil do Brasil S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2022.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento ao disposto no art. 25, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do **Banco Mercantil do Brasil S.A. – “BMB”**, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do **BMB**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte/MG, 16 de fevereiro de 2022.

Diretor Presidente

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Vice-Presidente Executivo

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Executivos

Carolina Marinho do Vale Duarte

Felipe Lopes Boff

Taise Christine da Cruz

Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

Valci Braga Rezende

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Paulino Ramos Rodrigues

Diretores

Mariana Machado de Araújo de Souza Lima

Ricardo Vieira Santiago